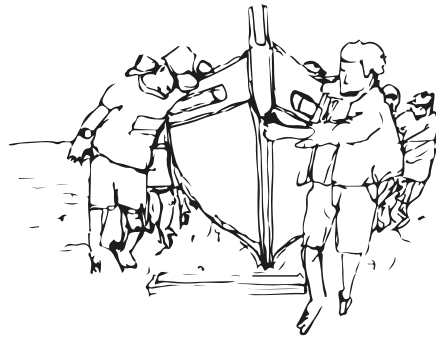


**Registro da Pesca Artesanal da Tainha no Campeche
como Patrimônio Cultural de Santa Catarina**



org.
Claudia Hickenbick
Elisa Freitas Schemes

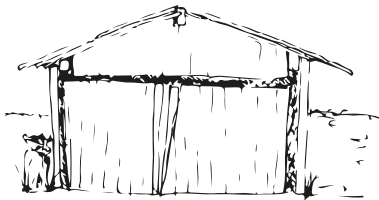
Florianópolis
2020



Foto de Ronaldo Dias Andrade, Campeche, 2015.



Foto de Ronaldo Dias Andrade, Campeche, 2015.



Organização Claudia Hickenbick
Elisa Freitas Schemes

Textos Claudia Hickenbick

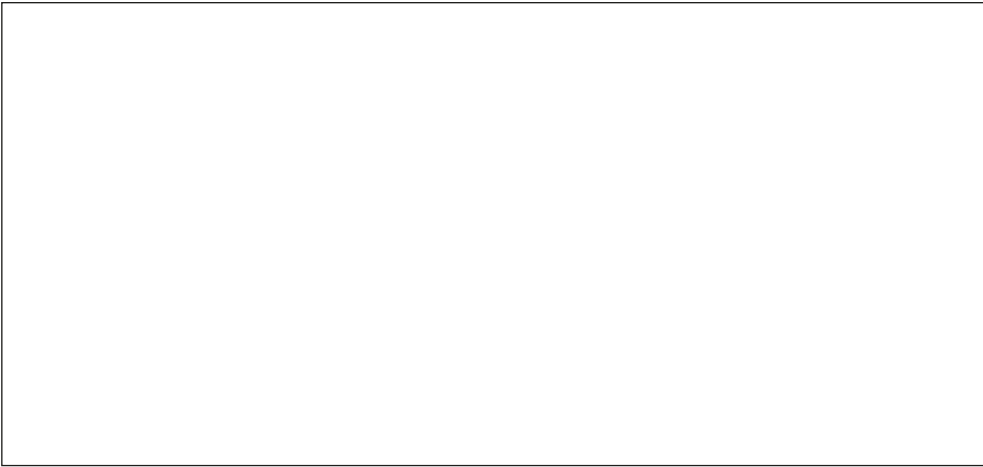
Revisão de texto Márcia Regina Corsi

Tradução Camila Hickenbick Kobarg da Costa (Inglês)
Daniela de Carvalho Carrelas (Espanhol)

Projeto gráfico Artur Hugo da Rosa /Rancho Cultural
Diagramação e Ilustrações

Foto de capa “A canoa na neblina” de Mara Regina Freire

Fotógrafos Mara Regina Freire
Ronaldo Dias Andrade



Realização



Apoio



Para **Getúlio Manoel Inácio** (*in memoriam*)



Patrão, remeiros e chumbereiros embarcados, vencendo a arrebentação das ondas, o “jajigo”
Foto de Ronaldo Dias Andrade, Campeche, 2015.

Publicada na edição de agosto de 2018 da National Geographic de Hamburgo, Alemanha.



prefácio



A etimologia da palavra “arte” remete a técnica, habilidade, destreza, engenho. Arte que enfeixa muitos saberes e fazeres, a pesca artesanal da tainha em Santa Catarina ocorre há várias gerações e põe à prova diferentes habilidades e virtudes.

É arte da paciência, pois há que esperar o tempo da tainha, o momento em que esse peixe (comumente, a espécie *Mugil liza*) migra, para reprodução, para o litoral catarinense, proveniente de áreas mais ao sul do Brasil (em geral, da Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul). Em Santa Catarina, os cardumes são aguardados entre os meses de maio e julho, na transição entre o outono e o inverno.

A paciência da espera pouco vale se não se enlaça com apurada atenção aos sinais dos elementos e dos seres da natureza: esses são dons necessários ao pescador com função de vigia. Na praia do Campeche, em Florianópolis, do alto de uma duna, não obstante frio e vento intensos, o vigia estuda, em longas horas diárias de observação, tudo o que o mar comunica, por seus movimentos, suas cores e seus desenhos deixados na areia da praia; assim, alerta os companheiros pescadores se há presença de tainhas e condições para a pesca. Enquanto o vigia perscruta o mar, outros membros da comunidade pesqueira do Campeche ficam atentos a sinais emitidos em terra – acredita-se que as aroeiras e os pés de espinheiros, pela quantidade de flores ou frutos, indicam a qualidade da safra de tainhas.

A pesca é ainda arte da astúcia, pois há que combinar o conhecimento das artimanhas do mar agitado que vem dar à praia do Campeche com o dom de ludibriar as tainhas viajantes, enredando-as; uma vez capturadas na rede, as tainhas têm sua longa jornada encerrada. Para que a derrota das tainhas aconteça, é preciso mobilizar, além do vigia, o patrão, os remeiros, o chumbereiro e os camaradas. O patrão, atento aos alertas do vigia, analisa o mar e decide se a canoa deve ou não enfrentá-lo, e onde e quando a rede deve ser lançada; é ele quem comanda a embarcação e sua tripulação, além de supervisionar todos os equipamentos e petrechos, enquanto dura a temporada da pesca. Dentro da embarcação, quatro remeiros seguem o patrão na condução da canoa, sendo que o chumbereiro apoia o trabalho dos demais e lança a rede. Na praia ficam os camaradas, que fazem o trabalho em terra – empurram a canoa do rancho para o mar e depois a trazem de volta; cuidam da rede, puxando-a e posteriormente a devolvendo à canoa.

Tal como ocorre, no Campeche, ao menos desde o século XIX, essa pesca é uma atividade masculina, realizada predominantemente por homens maduros, formalmente vinculados a uma parelha - a unidade operacional básica da pesca artesanal da tainha, que envolve o rancho, a canoa, a rede e seus equipamentos e instrumentos complementares, e que possui proprietário. No momento da pesca propriamente dita, podem dela participar outras pessoas sem relação estrita com a parelha (considerados “ajudantes”), sejam homens ou mulheres (estas, denominadas “gaivotas”). Conforme o grau e a importância de sua participação, cada um receberá uma parte do pescado.

Esse trabalho árduo e arriscado, que envolve o enfrentamento das inconstâncias do mar e seus seres, convoca a fé, em uma coletividade predominantemente católica. Daí que os fazeres próprios a essa pesca se integrem a ritos dessa religião (como a missa e a procissão) e a devoções específicas a santos, como São José Operário (protetor dos trabalhadores) e São Pedro (protetor dos pescadores), sem esquecer as referências ao Divino Espírito Santo (cuja festa, muito disseminada em várias localidades litorâneas de Santa Catarina, ocorre durante a temporada da tainha). Na atualidade, aspectos religiosos e laicos integram-se de forma peculiar na abertura oficial da temporada da tainha, em 1º de maio (Dia do Trabalho e de São José Operário).

A longevidade dessa atividade pesqueira inscreveu-a profundamente no imaginário, na memória e no cotidiano não somente de pescadores como de antigos moradores do Campeche e seus descendentes – por mais que essa população e as relações com o território da pesca (em especial, com a Ilha do Campeche, a praia do Campeche e os caminhos que dão acesso a ela), venham se alterando, nas últimas décadas. A própria relação com o trabalho pesqueiro se modificou, dado que, no presente, a maior parte dos pescadores tainheiros não realiza a atividade para sua sobrevivência; tornou-se, mais que tudo, uma forma de reiterar relações de sociabilidade e reforçar laços identitários.

O livro que você, leitor ou leitora, tem em mãos, mapeia tensões associadas às transformações anteriormente mencionadas, que, por sua vez, anunciam desafios para a salvaguarda da pesca artesanal da tainha no Campeche – reconhecida, em 2019, como patrimônio cultural de Santa Catarina, por meio de registro realizado pela Fundação Catarinense de Cultura. Esta publicação dá a conhecer, justamente, os resultados da pesquisa efetuada para embasar esse reconhecimento, e que reuniu oito profissionais, ligados às áreas de História e Turismo, na sua maioria vinculados ao Instituto Federal de Santa Catarina (um dos proponentes do registro); três deles também integram a comunidade pesqueira enfocada (que igualmente propôs a patrimonialização, por meio

da Associação de Pescadores Artesanais do Campeche). Tal iniciativa indica uma forte possibilidade de reconfiguração das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, em Santa Catarina, no sentido de maior presença de associações e entidades da sociedade civil, participação mais intensa de instituições educacionais, bem como sensibilidade e abertura do poder público para o diálogo e a cooperação (sem os quais a salvaguarda dos bens culturais se inviabiliza).

Trabalho coletivo (como, aliás, seu próprio objeto), o livro tem sua trama construída em torno da caracterização, dos significados e da valorização da pesca artesanal da tainha no Campeche, contribuindo decisivamente para que mais pessoas a conheçam, a compreendam, a estudem e se engajem em sua preservação.

Janice Gonçalves
(UDESC)



Foto de Mara Regina Freire, Campeche, 2010.

sumário

	1. introdução	15
---	---------------	----

	2. denominação do bem proposto para registro	25
---	--	----

	3. denominação dos proponentes	25
--	--------------------------------	----

	4. justificativa da solicitação	29
---	---------------------------------	----

4.1 Critério de pertinência	31
-----------------------------	----

4.2 Critério de fragilidade	36
-----------------------------	----

4.2.1 A manutenção dos ranchos e petrechos de pesca	36
---	----

4.2.2 Os esportes náuticos	37
----------------------------	----

4.2.3 A urbanização do Campeche	42
---------------------------------	----

4.2.4 A pesca individual com redinha feiticeira	44
---	----

	5. descrição sumária do bem	49
---	-----------------------------	----

5.1 O período em que ocorre a safra da tainha	51
---	----

5.2 Definição de pesca artesanal	57
----------------------------------	----

5.3 Caracterização da comunidade de pescadores artesanais do Campeche	61
---	----

5.4 A peculiaridade da pesca artesanal no Campeche	62
--	----

5.5 A praia do Campeche	67
-------------------------	----

5.6 A localização dos ranchos	71
-------------------------------	----

5.7 A transmissão do conhecimento	81
-----------------------------------	----

5.8 As funções de cada um na pesca	83
------------------------------------	----

	6. informações históricas	97
---	---------------------------	----

6.1 A pesca como atividade econômica no mundo	99
---	----

6.2 A pesca no território Brasileiro e em Santa Catarina	99
--	----

6.3 A pesca da tainha no Campeche	103
-----------------------------------	-----

	7. melhoria das condições de existência do bem cultural: considerações finais	107
---	---	-----

Referências	112
-------------	-----

Glossário	119
-----------	-----

Anexos (dossiê)	120
-----------------	-----

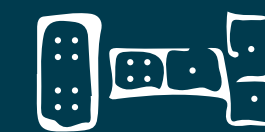
Abstract	149
----------	-----

Resumen	152
---------	-----





Fotos de Mara Regina Freire, 2010-2019.



1. introdução



Foto de Mara Regina Freire, Campeche, 2019.

O texto que apresentamos aqui foi elaborado ao longo de 2018 com o objetivo de fundamentar a solicitação de registro da “pesca artesanal da tainha no Campeche” como patrimônio cultural imaterial de Santa Catarina, fruto de pesquisa e proposição conjunta entre a Associação de Pescadores Artesanais do Campeche o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). Além do texto de solicitação, foram reunidas fontes de pesquisa que constituíram um dossiê e seguem como anexo. No decorrer do texto os anexos são citados, com breve explicação.

É importante ressaltar que esta pesquisa foi iniciativa, em 2016, de duas estudantes do curso Técnico em Guia de Turismo do câmpus Florianópolis-Continente/IFSC, nascidas em comunidades pesqueiras da Ilha de Santa Catarina, a Barra da Lagoa e o Campeche, que ao tomarem conhecimento das possibilidades de salvaguarda de bens de natureza imaterial vislumbraram um caminho para a pesca artesanal. Na sua argumentação sobressaía o sonho de preservar a manifestação, significativa para a comunidade e para elas próprias, e a preocupação com a fragilidade que a pesca artesanal apresenta, especialmente em função da pesca industrial, da forte urbanização, da especulação imobiliária e da vinda de muitos novos moradores para a Ilha de Santa Catarina. Na sua forma de dizer, “nossa cultura está sendo concretada e as pessoas de fora não têm como respeitar, preservar, se não conhecerem.” (Roberta de Paula Braz, depoimento ao IFSC, Movimento Cultura - Pesca Artesanal da Tainha, 2018).

A pesca é uma prática cultural que ocorre há cerca de seis mil anos no litoral de Santa Catarina, e a pesca da tainha, especificamente, há pelo menos quinhentos anos. No Campeche, há registros desta prática desde o século XIX, há mais de cem anos, portanto. Nesta praia, a pesca da tainha apresenta peculiaridades em relação a outros locais onde ocorre, e ao longo desse tempo se constituiu como uma manifestação significativa para os catarinenses, caracterizada por elementos histórico-culturais que contribuem para a formação da sua identidade.

O Campeche tem atualmente 15.437 (IBGE, 2011) moradores, e entre os meses de maio e julho envolve diretamente cerca de 180 moradores na pesca artesanal deste peixe, nas quatro parcerias de pesca existentes, congregando aproximadamente 400 pessoas indiretamente envolvidas, quando o peixe chega à praia. A sobrevivência desta prática cultural é cada vez mais difícil, sobretudo com o fomento do setor industrial pesqueiro nos anos 1960, e depende da preservação de determinadas condições materiais, tais como a preservação do espaço onde ocorre e a manutenção dos ranchos de pesca ainda existentes, para a qual o Registro poderá concorrer.

O Registro da Pesca Artesanal da Tainha no Campeche como Patrimônio Cultural de Santa Catarina vem somar às demais pesquisas que caracterizam essa manifestação cultural no litoral catarinense. Entre estas pesquisas estão o **Registro da Pesca Artesanal com o Auxílio dos Botos** em Laguna/SC, concedido pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC) em 09 de junho de 2018, e o **Registro da Pesca Artesanal da Tainha com Canoas de um Pau Só** em Bombinhas/SC, certificada em 05 de maio de 2019.

Em 2012, a pesca artesanal da tainha foi declarada Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado de Santa Catarina, por meio da Lei Estadual 15.922 de 06 de dezembro de 2012. Esta Lei foi revogada pela Lei n.º 17.565 de 06 de agosto de 2017, porque estas declarações vêm cumprindo um papel de mera honraria, sem poder de salvaguardar os bens culturais, uma vez que inexistente o processo de pesquisa que fundamenta a solicitação de registro. A Lei n.º 17.565, mantém as declarações emitidas pela Lei n.º 15.99, mas devolve ao órgão de proteção do patrimônio cultural no Estado, a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) a função de instaurar os processos de registro, com exclusividade.

Desde o ano de 2008, a Procuradoria da República em Santa Catarina - MPF tem recebido as demandas dos pescadores artesanais da praia do Campeche e solicitado providências aos órgãos municipais, estaduais e federais, no que diz respeito à legislação, questões ambientais e de salvaguarda dos ranchos e da pesca artesanal nesta comunidade.

No momento em que desenvolvemos a pesquisa não havia ação voltada para o Registro desta prática cultural, muito embora as respostas dadas pelos órgãos de proteção ao patrimônio cultural à Procuradoria tenham sido no sentido de assentimento quanto à importância da valorização da pesca artesanal. No caso da FCC, a instituição respondeu negativamente ao exame de admissibilidade da pesca artesanal no âmbito da salvaguarda dos bens patrimoniais imateriais, argumentando que esta prática cultural do litoral catarinense ainda não havia sido adequadamente estudada ou até mesmo caracterizada do ponto de vista patrimonial, identitário, sendo carente em termos de esclarecimento quanto aos elementos materiais ou imateriais que representariam para serem resguardados no presente e transmitidos às gerações futuras.

Além da ausência da caracterização da prática cultural, a FCC reclamou maior envolvimento da comunidade detentora do bem cultural, sendo este um aspecto primordial em trabalhos de salvaguarda de patrimônio de natureza imaterial.

A presente solicitação teve a comunidade como protagonista, seja na iniciativa de instaurar o processo, seja como parte da equipe que empreendeu a pesquisa sobre a manifestação, uma vez que três de seus membros são de famílias da comunidade pesqueira, sendo um deles também pescador. Assim, compreende-se que os dois aspectos pontuados anteriormente pela FCC, quais sejam, a devida caracterização da prática cultural e a participação efetiva da comunidade detentora do bem, não apenas como proponente, mas na própria definição dos elementos que constituem a prática, estão contemplados na presente solicitação.

Assim como a pesca artesanal, esta pesquisa foi desenvolvida coletivamente. Além das egressas de curso Técnico em Guia de Turismo, Gisele Ramos¹ e Roberta de Paula Braz², participaram da pesquisa: Hugo Adriano Daniel³; servidores do campus Florianópolis-Continente/IFSC: Cláudia Hickenbick⁴; Daniela de Carvalho Carrelas⁵; André Eitti Ogawa⁶ e Elisa Freitas Schemes⁷; e Fátima Regina Teixeira⁸. A Associação de Pescadores Artesanais do Campeche, por sua vez, deu todo suporte para o andamento da pesquisa junto aos pescadores artesanais, organizando reuniões, concedendo entrevistas e disponibilizando materiais.

Nos levantamentos iniciais nos deparamos com escassa bibliografia acadêmica sobre a pesca artesanal da tainha no Campeche. No entanto, durante o avanço da pesquisa ficava cada vez mais evidente a centralidade desse lugar na atividade: a proeminente figura de pescadores como “Seu Getúlio” (Getúlio Manoel Inácio), a missa que marca o início da safra, os documentários e os registros fotográficos produzidos sobre a pesca artesanal nesta localidade.

A metodologia adotada na escrita do texto e elaboração do dossiê do registro partiu de roteiro fornecido pela FCC, contemplando a justificativa histórica; a descrição do bem e suas etapas de execução; as formas de transmissão da manifestação cultural; coleta de fontes documentais escritas, orais, fotográficas e audiovisuais. Os trabalhos de História Oral são marcados pelas entrevistas, que podem ser realizadas de diferentes maneiras, sendo uma delas a História Oral Temática, na qual um assunto domina, em detrimento da trajetória de vida do entrevistado. As entrevistas geram os documentos, as fontes orais (EVANGELISTA, 2011). Nesta pesquisa lançamos mão das fontes orais para abordar a pesca artesanal da tainha no Campeche. Trata-se de um trabalho que se aproxima da História Oral Temática, uma vez que não houve a centralidade da experiência de vida de um sujeito, como ocorre na História Oral de Vida. Tratamos de buscar a experiência de um sujeito coletivo, o pescador. Desta forma, os sujeitos com os quais

conversamos foram identificados como pescadores, não houve a preocupação com o registro dos nomes próprios. Outro motivo para a ausência de registro dos nomes foi a realização de entrevistas coletivas, o que muitas vezes resultou na em dificuldade de identificação exata dos participantes.

Com base no texto e no dossiê que ora publicamos, a Associação de Pescadores Artesanais do Campeche e o IFSC solicitaram à FCC o **Registro da Pesca Artesanal da Tainha no Campeche como Patrimônio Cultural Imaterial de Santa Catarina**, em dezembro de 2018.

O “Termo de Registro da Pesca Artesanal da Tainha no Campeche como Patrimônio Cultural de Santa Catarina” foi entregue pela FCC à Associação de Pescadores Artesanais do Campeche, em 1º de maio de 2019, em cerimônia que sucedeu a 14ª missa de abertura da safra da tainha. A manifestação cultural foi inscrita no Livro I, do “Registro dos Saberes”, como registro de número Três. Na cerimônia, a equipe de pesquisa foi homenageada pela Associação de Pescadores Artesanais do Campeche, em agradecimento ao trabalho desenvolvido.

Após o registro do bem, prospectamos junto à FCC a possibilidade de tornar público o texto e o dossiê que fundamentaram o processo de instrução. Partimos, então, para a revisão do texto e do dossiê para sua adequação em forma de livro, que agora apresentamos. Na presente redação buscamos elucidar alguns aspectos tornando o texto mais explicativo ao leitor. Do dossiê excluimos os textos de leis⁹ e a cópia do capítulo de Virgílio Várzea (1984) sobre a pesca, que constavam como anexos; no texto de solicitação constava como apêndice a cartilha de Vanz e Chaves (2014) que também foi excluída por não se tratar especificamente do Campeche; inserimos mais fotografias no decorrer do texto. Importante ressaltar que as imagens foram generosamente cedidas por fotógrafos que moram no Campeche e possuem relação de proximidade com os pescadores artesanais.

Por fim, destacamos o ineditismo desta publicação, pois as pesquisas que fundamentam os processos de registro não são normalmente acessíveis ao público, seja ele especializado ou não, ficando restritos às instituições responsáveis pela salvaguarda dos bens culturais. Salientamos a relevância desse material para estudos históricos, culturais, patrimoniais e territoriais.



notas de rodapé

1. Formada pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) nos cursos: Técnico em Guia de Turismo Regional (2016) e Técnico em Guia de Turismo Nacional e América do Sul (2017). Desde 2016 participa dos projetos de extensão e de pesquisa “Tekoá Pirá” (em guarani “aldeia de peixe”) no câmpus Florianópolis-Continente (IFSC). É descendente de famílias de moradores nativos de Florianópolis, ligados a atividades de pesca artesanal (frutos do mar e tainha) na Lagoa e Galheta. Trabalha na agência de turismo Floripa Nativa – voltada para o turismo de experiência cultural, empresa que integra o núcleo de turismo de experiência da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF).

2. Formada pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) no curso Técnico em Guia de Turismo Regional (2016). Gestão de negócios pelo SEBRAE (2013). Desde 2016 participa dos projetos de extensão e de pesquisa “Tekoá Pirá” (em guarani “aldeia de peixe”) no câmpus Florianópolis-Continente (IFSC). É descendente de famílias de moradores nativos da praia do Campeche/SC, que entre as suas formas de subsistência tiveram engenho de farinha e estão ligados à pesca artesanal - sobretudo da tainha. É proprietária da agência de turismo Floripa Nativa - voltada para o turismo de experiência cultural, empresa que integra o núcleo de turismo de experiência da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF).

3. Possui Licenciatura em Estudos Sociais pela Fundação Educacional de Brusque - FEBE (1985) e curso de Licenciatura em História incompleto. Há trinta anos é professor de História. É descendente de famílias de moradores nativos da praia do Campe-

che/SC, ligados à pesca artesanal - sobretudo da tainha. Foi Coordenador de Educação e Cultura da quinta gestão da Associação de Moradores do Campeche – AMOCAM (de abril de 1993 a janeiro de 1995). Autor do livro **Campeche**: um lugar ao sul da Ilha (Florianópolis: Insular, 2018). Gravou com o cineasta Ademir Damasco a Websérie **Redescobrimdo a Planície do Campeche** (2018).

4. Possui Licenciatura em História e especialização em Historiografia pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI (1991) e mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (2009). Doutorado em andamento na Universidade do Minho (Portugal), tendo como projeto de pesquisa *Patrimonialização e Turismo de Base Comunitária na Ilha de Santa Catarina (Brasil): a experiência das comunidades dos Bairros Campeche e José Mendes*. Professora do IFSC, desde 1995. Nas atividades de ensino, destacam-se as aulas de História, Memória Local e Patrimônio Cultural. Nas atividades de pesquisa e extensão, integra o grupo de pesquisa em Educação Profissional do IFSC, desenvolvendo pesquisas em Ensino de História, Educação de Jovens e Adultos, incubação de empreendimentos associativos solidários e projetos que visam o desenvolvimento do turismo de base comunitária na Ilha de Santa Catarina (Projeto “Tekoá Pirá” na praia do Campeche e “Tekoá Taguá” no bairro José Mendes).

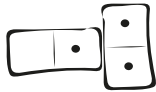
5. Graduada em Licenciatura em Língua Portuguesa e Espanhola pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1995), e mestre em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI (2003). Doutorado em andamento na Universidade do Minho (Portugal), tendo como projeto de pesquisa a *Definição de roteiros turísticos para o Turismo de Base Comunitária a partir da experiência de paisagens: estudo de caso em Florianópolis (Brasil)*. Professora do IFSC desde 1997 e atualmente é docente do Campus Florianópolis-Continente atuando no ensino da língua espanhola como língua estrangeira e em projeto de extensão relacionado ao Turismo de Base Comunitária e Patrimônio Histórico Imaterial (Projeto “Tekoá”).

6. Possui graduação em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC (2010) e pós-graduação em História, Arte e Cultura, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG (2013). Servidor técnico administrativo em educação do IFSC desde 2014. Mestrando no Programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal de Santa Catarina na linha Trabalho, Educação e Política (TEP).

7. Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2008). Mestre em História pela da mesma instituição (2013). Bacharel em Museologia pela UFSC (2017). Desde 2005 atua em pesquisas acadêmicas nas áreas de Sociologia Política, História e Patrimônio Cultural. Servidora técnica administrativa em educação do IFSC desde 2013.

8. Bacharel em Administração pela ESAG/UDESC; mestre em Engenharia de Produção pela UFSC; Doutora e Engenharia Industrial e de Sistemas (PDEIS/Universidade do Minho, Portugal); docente da área de Administração do câmpus Florianópolis/IFSC.

9. SANTA CATARINA. **Lei estadual n.º 17.565, de 6 de agosto de 2018**, que consolidou a Lei n.º 15.922 de 6 de dezembro de 2012.





2. denominação do bem proposto para registro

Pesca Artesanal da Tainha no Campeche

3. denominação dos proponentes

Nome: Associação dos Pescadores Artesanais do Campeche (fundada em 14 de novembro de 1998)
CNPJ: 03.028.390/0001-04
Endereço: Avenida Campeche, 140
Telefone de contato: 48 99681-9230
Presidente: Pedro Aparício Inácio.

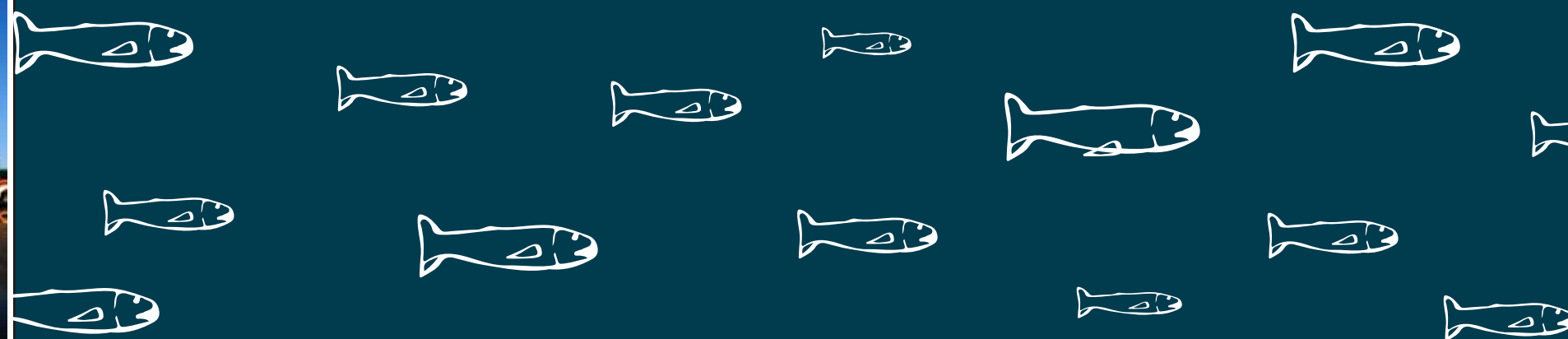
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC
CNPJ: 11.402.887/0001-60
Endereço: Rua 14 de julho, 150. Coqueiros
Telefone de Contato: 48 3877-9018
Reitora: Maria Clara Kaschny Schneider
Diretor do Câmpus Florianópolis-Continente: Caio Alexandre Martini Monti



Quadro com o Termo de Registro dentro de um dos ranchos.
Foto de Carolina Arruda/Rancho Cultural, Campeche, 2020.



Fonte: Fotografado pelos autores, 2019.



Fotos de Mara Regina Freire, 2017.

4. justificativa da solicitação

Critérios de pertinência e de fragilidade



Foto de Ronaldo Dias Andrade, 2015.

4.1 Critério de pertinência: a importância do bem cultural para o grupo social no qual está inserida.

A pesca artesanal da tainha é uma atividade centenária na praia do Campeche. Para os pescadores, esta comunidade constituída por 180 pessoas¹⁰ diretamente envolvidas na pesca, é o tempo de viver o coletivo, de jogar o dominó, de preparar e consertar as redes, de cozinhar no rancho, de fazer o café no fogão a lenha, ainda antes do raiar do sol, de limpar o rancho e de rezar pedindo uma boa safra.

A gente tem que dar início a tudo, essa missa, o preparo de uma rede, a limpeza do rancho, uma faxina, pra quando chegar ela, já estar tudo preparado. Que venha o peixe, ele não tá muito longe não, parece que já tá ali em Garopaba, já tá perto. Já tamo com a panelinha pronta, os temperinhos, a alfavaca, pra nós fazer um caldo! (Helio H. Faustino – cozinheiro, depoimento a DAMASCO, 2006).

Hoje, o Campeche espera o tempo em que, entre maio e julho, poderá cercar a tainha:

“Se eu ficar sem pescar tainha, é uma parte de mim que eu perdi. Porque isso aqui pra mim é a minha vida tudo que eu tenho tá aqui na tainha.” (Pescador, depoimento a EPAGRI, 2018).

“É muita expectativa. A comunidade fica dois meses na beira da praia esperando o cardume chegar. Às vezes chega um cardume só.” (Pescador, depoimento a NUNES, 2015).

Os pescadores artesanais amam a sua tradição e a afirmam quando manifestam seu desejo de transmiti-la para os que virão:

O meu pensamento, o nosso pensamento aqui é manter a nossa tradição. Eu pretendo ficar aqui, envelhecer, e sempre, dentro da nossa realidade aqui que é: ir ali pescar uma tainha, ter as nossas amizades aqui, entendesse? A gente conversa muito, ter o nosso pessoal aqui mais antigo, e a gente conversar e relembrar tudo,

que já foi construído lá de trás, a pesca, a evolução que vai tendo, a rede, a canoa. Então isso aí, essas coisas que a gente pretende manter assim, eu pretendo manter, e jamais vou mexer, vamos reconstruir o rancho, tá pra reconstruir o rancho que foi incendiado, vamos, vamos repor, já compramos uma canoa, vamos comprar outra canoa e ali segue em frente vai ficar para meus filhos, ou pra aqueles que quiserem, vamos continuar. Eu pretendo deixar esse legado legal, pro o pessoal continuar nossa tradição. (Pescador, depoimento ao IFSC, Projeto Tekoá Pirá, 2017).

Hoje, as escolas da comunidade levam as crianças até a praia no tempo da safra da tainha, numa atividade que tem por objetivo preservar a tradição e a cultura local, conforme demonstra o depoimento abaixo:

Você falou uma coisa agora... semana passada eu tava com o rancho aberto aqui e a professora do coleginho aqui, veio com uns vinte gurizinho pequeno aqui e eu chamei elas e pus tudo dentro da canoa e não queriam mais sair, o tia, o tia deixa nós aqui. Olha foi o maior trabalho, caíram na choradeira, não queriam mais sair da canoa, queriam ficar tudo aqui. Se viu só que coisa? Nós temos que incentivar a eles virem. (Pescador, depoimento ao IFSC, Projeto Tekoá Pirá, 2017).

Para as escolas locais, o rancho pode e deve ser um espaço também educativo porque a pesca artesanal faz parte do currículo escolar, sendo comum a visita das escolas aos ranchos durante safra da tainha.

Com o mesmo objetivo, acrescido da preocupação com a formação de pescadores que possam atuar na pesca artesanal da tainha, desde 2016 acontecem as aulas de remo para as novas gerações (Figuras 1 e 2).

Com o mesmo intuito de preservar a tradição e a cultura local, as Guias de turismo formadas pelo IFSC, nascidas em comunidades pesqueiras e protagonistas da presente solicitação, projetam roteiros culturais para moradores, estudantes e turistas:

Temos que mostrar que aqui não é só uma cidade de belezas naturais, que todo mundo pode chegar e usufruir dela, e deixar a história concretada. Essa foi uma forma da gente dar visibilidade e mostrar que aqui tem uma história, tem um povo que vive, tem um modo de vida, e isso a gente tem que respeitar, e tem que conhecer. Então a ideia de fazer este roteiro é pra isso, é pra dar visibilidade, por gratidão a eles e pra não deixar morrer. (Roberta de Paula Braz, depoimento ao IFSC, Projeto Tekoá Pirá, 2017).



Figura 1 – Turma de remeiros formada no Campeche em 2018
Fonte: AGRELO, 2018.



Figura 2 – Reverso do Certificado do Curso de Remeiro e Patrão de Canoa. Campeche, 2018
Fonte: SCHEMES, 2019.

Tem muita criança que nem nunca tinha entrado numa canoa, muitas nunca tinham comido farinha, inclusive teve um fato engraçado, uma criança que botou um peixe na mochila e levou embora, porque achou que tinha que mostrar pros pais. Isso pra nós foi uma demonstração que estamos no caminho certo. (Gisele Ramos, depoimento ao IFSC, Projeto Tekoá Pirá, 2017).

Para uma comunidade que luta desde os anos 1970 pela preservação da tradição e da cultura local, a preservação da pesca artesanal da tainha é uma conquista:

A Associação Rádio Comunitária Campeche apoia todos os projetos que venham beneficiar a comunidade. Com relação ao registro da pesca Artesanal do Campeche como Patrimônio Cultural apoiamos na divulgação, entrevistando as coordenadoras do projeto, e postando na página da rádio os roteiros de visitas nos ranchos de pesca. Apoiamos porque achamos que é uma forma de manter esta cultura não só na comunidade mais perante os órgãos públicos que cuidam da cultura. A nossa função aqui na rádio, e eu como coordenador geral, é ter o compromisso com as causas comunitárias do Campeche. Nesta gestão, participamos ativamente na Associação dos Pescadores e nas atividades da abertura da pesca da tainha, a missa do dia 1º de Maio. (Arnaldo Prudêncio, Coordenador Geral da Rádio Campeche).¹¹

A pesca artesanal da tainha significa a possibilidade de relação com a natureza e do viver coletivo, dois aspectos da vida humana cada vez mais escassos e ameaçados. Preservar esta pesca – não mais por sua dimensão econômica, importante na geração que antecedeu à dos pescadores atuais, mas por seu valor cultural, importante para a geração atual – é resistir a esta escassez e a esta ameaça. Compreende-se que os diversos registros em áudio e em vídeo, bem como os documentários já produzidos disponíveis para consulta na internet há pelo menos uma década, como uma manifestação de interesse por esta resistência, e como a afirmação de que a preservação de determinados aspectos de modos de vida tradicionais é essencial. Neste sentido, o registro de bens culturais imateriais vem ao encontro do que ficou registrado na Declaração do México, de 1985, qual seja, de que a globalização exige políticas complementares nos campos da cultura, da educação, da ciência e da comunicação para que seja possível um equilíbrio entre o progresso técnico e a elevação moral da sociedade (PAOLI, 2018).

4.2 Critério de fragilidade: riscos e ameaças à continuidade do bem cultural

Justificam esta solicitação de registro questões relativas aos ranchos e petrechos de pesca, à formação das novas gerações de pescadores artesanais, à concorrência da pesca industrial¹² e da prática de esportes náuticos, bem como à forte urbanização do Campeche, atrelada à especulação imobiliária e a vinda de muitos moradores provenientes de outros locais.

4.2.1 A manutenção dos ranchos e petrechos de pesca

Além do reconhecimento como patrimônio cultural de Santa Catarina pela Lei nº 15.922, de 6 de dezembro de 2012, consolidada pela Lei 17.565, de 6 de agosto de 2018 (Santa Catarina, 2018), em tese, a manifestação e seus lugares de realização também estariam assegurados pelo Plano Diretor (PD) do município de Florianópolis. Embora localizados em Áreas de Preservação Permanente (APP) e em terrenos de marinha, os ranchos de pesca têm situação regularizada, conforme os artigos do PD:

Art. 51. São usos permitidos em APP as atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental como a implantação de trilhas para o desenvolvimento do ecoturismo, a construção de rampa de lançamento de barcos e pequeno ancoradouro, e a implantação de parques urbanos e parques lineares, inclusive com suas instalações de apoio, bem como a construção ou reforma de rancho destinado à pesca artesanal e edificações destinadas à atividade da aquicultura.
(...) Art. 120. Os terrenos de marinha são non aedificandi, ressalvados os usos públicos necessários e as seguintes exceções:
II – quando o uso das edificações tais como ranchos e outras edificações sumárias para abrigo de embarcações e equipamentos de trabalho, destinar-se à prática da pesca artesanal, da aquicultura e do extrativismo marinho de conchas e moluscos respeitadas as normas de ocupação previstas nesta Lei Complementar. (FLORIANÓPOLIS, 2014, grifo nosso).

Apesar de estarem de acordo com os marcos regulatórios, ao longo desta pesquisa, ficou evidente a fragilidade a que os territórios, principalmente os ranchos, estão submetidos, causando situações de insegurança aos pescadores artesanais e, dessa for-

ma, colocando a continuidade da manifestação sob risco.

Tais situações ocorrem tanto por falta de conhecimento dos órgãos de fiscalização quanto pela ocorrência de conflitos. Por exemplo, em 08 de novembro de 2016, Getúlio Manoel Inácio, falecido em 2017, um dos pescadores mais conhecidos da praia do Campeche, recebeu da Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM) um auto de infração ambiental, cuja penalidade era multa simples e demolição da obra. O motivo da infração: “por ter edificado um rancho de pesca em área de preservação permanente.”¹³ No entanto, na ocasião, o Procurador da República requisitou esclarecimentos, uma vez “que tais edificações encontram respaldo na legislação vigente (por exemplo: a Lei n.º 2.193/85 - Plano Diretor de Florianópolis, Decreto Lei n.º 6.040/2007 e Lei n.º 12.651/2012 - Novo Código Florestal).”¹⁴ A repercussão do ocorrido pode ser acompanhada na mídia local, com as manchetes “Floram autua rancho de pesca em praia e MPF pede explicações”¹⁵ (ANEXO B) e “Derrubada de Rancho do Rancho do Seu Getúlio no Campeche, é cancelada”¹⁶ (ANEXO C).

O rancho de pesca de Aparício Manoel Inácio, irmão de Getúlio, também esteve sob ataque. Primeiro, em 2008, quando houve princípio de incêndio no rancho atingindo sua canoa e rede e, apesar da extinção do fogo, houve registro de danos.¹⁷ Posteriormente, em 2016, o rancho e outros objetos e petrechos foram perdidos em incêndio: 02 canoas (Renilda e Célia registradas na Capitania dos Portos, cujo ano de fabricação foi 1951 e 1957, respectivamente), 02 redes de pesca de tainha com 3 mil metros de cabo, um paiol de rede, guincho para puxar embarcação, 03 reboques e 18 coletes salva vidas.¹⁸

Em 2018, o rancho obteve autorização para ser reconstruído e está em fase de finalização.

4.2.2 Os esportes náuticos

Outro fator de risco para a pesca artesanal é a prática de esportes náuticos, motorizados ou não. Citamos aqui o conflito entre surfistas e pescadores artesanais, problematizado, por exemplo, no documentário A Tainha e a Onda (NUNES, 2015). Para os pescadores a prática do surf assusta o peixe e espalha o cardume. Para os surfistas, o argumento carece de embasamento científico, pois muitas vezes encontram-se cardumes nadando livremente ao lado dos surfistas nas praias liberadas. Os pescadores dizem que isso não é cena corriqueira, pois qualquer movimento brusco e até mesmo

uma remada mais forte na canoa pode espantar um cardume inteiro.

O impasse existe desde meados dos anos 1970, quando a prática do surf iniciou mais intensamente na Ilha de Santa Catarina.¹⁹ O outono é a época de divergências entre pescadores e surfistas. Histórias de violência ainda existem, mas em menor número que em tempos atrás, quando brigas, agressões, pranchas quebradas ou apreendidas eram histórias comuns no passado. Ainda assim, em 2019, o início da safra foi marcado por conflitos entre os pescadores tanto com os surfistas, quanto com o transporte de turistas em botes para a Ilha do Campeche.

Em 1995, foi aprovada uma lei municipal em Florianópolis para normatizar os conflitos entre pescadores e surfistas. Esta lei já passou por alterações, o texto atual estabelece que:

Art. 5º É permitida a prática de surf em todos os balneários da Ilha de Santa Catarina, exceto no período de primeiro de maio a dez de julho, período da pesca da tainha, quando a prática do surf poderá ser realizada na Praia da Joaquina, Praia Mole, até quinhentos metros do canto esquerdo da praia da Lagoinha do Leste, até quinhentos metros do canto esquerdo da Praia do Matadeiro, até quinhentos metros do canto esquerdo da Praia da Armação e até quinhentos metros para a direita da entrada da Praia do Moçambique

§ 1º As praias Mole e Joaquina ficam abertas em toda a sua extensão, durante todos os meses do ano, para a prática do surf, sem prejuízo da pesca. (Redação dada pela Lei nº 9907/2015).

[...] § 7º As disposições desta Lei não impedem a realização de acordos entre associações de surf e associações de pescadores nas demais praias da cidade de Florianópolis. (Redação acrescida pela Lei nº 9907/2015)

§ 8º As praias não elencadas no rol do caput do art. 5º deverão utilizar o sistema de bandeiras, a serem instaladas diariamente pelos responsáveis pelos ranchos de pescas, nas cores verde e vermelha, indicando, respectivamente, a permissão ou proibição da prática de surf durante o período de pesca da tainha, sendo tal sinalização definida por um representante da FECASURF, um representante da FEPESC e um representante da Secretaria Municipal da Pesca, Maricultura e Agricultura de Florianópolis, através de reunião nos ranchos de pesca locais. (Redação acrescida pela Lei nº 10.020/2016). (FLORIANÓPOLIS, 1995).

No Campeche os pescadores procuram usar o bom senso liberando aos surfistas a prática do esporte nos dias de mar agitado adverso à prática da pesca. A comunicação se dá por uso de bandeiras colocadas nas picadas (caminhos de acesso à praia). A



Fotos de Mara Regina Freire, 2017-2019.



Foto de Ronaldo Dias Andrade, 2019.

bandeira vermelha indica proibição da prática do surf e a ausência de bandeira, indica a praia liberada para os surfistas.

Em reunião realizada no dia 4 de outubro de 2018, no rancho da parelha do “Seu Getúlio”, entre o IFSC e a Associação de Pescadores, foi citada ainda a travessia para a Ilha do Campeche, que em princípio não é permitida durante a safra da tainha. No entanto, naquele ano foi recorrente o transporte de turistas em botes infláveis. Na fala de um dos pescadores presentes: “é preciso haver mais fiscalização, a movimentação na água pode afugentar os cardumes de tainha e atrapalhar o lanço”.

A Ilha do Campeche é território tradicional da pesca no Campeche, reconhecida pelos pescadores e pela comunidade em geral, além de ser uma referência internacional para a praia do Campeche:

O pai ia pescar na Ilha do Campeche com 18 anos, primeiro como camarada, na Parelha do seu Dionísio Inácio irmão do Deca Rafael, todos nativo do Campeche, nasceram em frente a Ilha, ali eles tinham um engenho de farinha bem na frente da praia. Eles iam fazer arrasto na ilha, pegavam tainha, anchova; pescaram bastante tempo, eles iam e dormiam lá. Depois o pai passou a ser remeiro e foi patrão tanto do Dionísio quanto do Deca Rafael. Eles ficavam lá e cá, na Ilha e na praia. No verão nos íamos de canoa tirar marisco no Costão.

A pesca na Ilha foi se acabando para nós do Campeche, com o aparecimento de barco motor e a pesca de cerco fixo trazido pelos japoneses que vieram morar na Armação, daí o pessoal do Campeche ia pra lá pra ir de barco trabalhar na rede de cerco deles, por que tinha pesca o ano inteiro, só era suspenido na época da tainha maio a julho.

(Roberta de Paula Braz, depoimento ao IFSC sobre a experiência de seu pai, *Ciro Miguel Braz*, 61 anos).²⁰

O pessoal do Campeche tinha rede de tainha, de anchova, de corvina, na Ilha, mas com chegada dos japoneses, lá pelos anos 1960, foi se acabando, porque os japoneses pescavam o ano inteiro. Meu avô, pai, pescavam na Ilha, quando eu comecei a pescar já não. (Hugo Adriano Daniel, pescador e professor, depoimento ao IFSC por telefone, em 22 de novembro de 2018).

Em outra ocasião, Hugo A. Daniel complementa seu depoimento:

Os pescadores do Campeche tinham rede de anchova, corvina, tainha e outros pescados na Ilha do Campeche. Com a introdução da pesca de rede de cerco na

Ilha, prática essa introduzida pelos descendentes de japoneses que vieram habitar a comunidade da Armação do Pântano do Sul, os pescadores do Campeche passam a pescar apenas na praia do Campeche utilizando-se das redes de arrasto de praia.

Rede de cerco é uma rede de espera que flutua amarrada em bambus e presas nos costões. Os peixes ao se aproximarem do costão, esbarram na rede passando a contorná-la até entrarem em um labirinto da rede não conseguindo mais sair. As redes ficam armadas o ano inteiro e diariamente pela manhã e entardecer os pescadores puxam a rede para a superfície, retiram os peixes, deixando-as armadas novamente.

Na época da safra da tainha a modalidade de pesca com rede de cerco é proibida, pois os cardumes de tainha costumam se aproximar dos costões para descanso e desova. Nem mesmo os barcos motorizados podem capturá-las em um raio de oitocentos metros dos costões.²¹

4.2.3 A urbanização do Campeche, o significativo número de novos moradores

A preocupação com a vinda de muitas pessoas de outros lugares, outras cidades, para o Campeche está traduzida no depoimento que segue:

A gente sente e percebe todo dia essa migração, essa migração exótica chegando e cada um trazendo de seus lugares, do recanto dele, seja dos grandes centros ou de centros menores a cultura deles, trazendo forte, forte. E vem pra cá por quê? O que atraí, o que os atraí aqui? Atraí a cultura, atraí a nossa cultura, a beira de praia. Mas vamos chegar. Vou citar um exemplo pra enfatizar mais. As pessoas chegam aqui, cumprimentam o nativo: que pessoa boa! Meu avô, tem a foto dele ali, meu avô fazia isso e acho que todas as pessoas do Campeche faziam isso. Então o que ele fazia, chegavam as pessoas né... Antigamente, há muito tempo atrás, cinquenta anos atrás, chegavam aqui, não tinha... Não existia ninguém, só os nativos então a receptividade era grande, era muito calorosa. Meu avô fazia questão que as pessoas chegassem ali e já entrassem pra tomar um café. Deus o livre se ele não entrasse, então quer dizer, então que coisa maravilhosa. O Campeche, que pessoa bacana, assim como todo o litoral né? Diziam: a receptividade lá é incrível. Primeira vez, comprava um terreno, fazia uma casa tal, tal... Primeira coisa deles. Punham cachorro e um muro de quatro metros pra mais e exigiam que tivesse supermercado do lado da casa, uma danceteria e reclamavam de tudo. Gente, aquilo ali era, como é que eu posso chamar, quanto, é, como é que eu posso achar um adjetivo pra isso... Mas aquilo ali talvez era uma forma de ludibriar, dizer que estava gostando mas na verdade ele queria era se transportar pra cá trazendo tudo

o que ele tinha lá. (Pescador, depoimento ao IFSC, Projeto Tekoá, 2018).

Assim, ao mesmo tempo em que muitos destes “estrangeiros” vieram e se encantaram com as coisas da terra, e se empenharam na sua preservação, muitos vieram, como disse o pescador, querendo um lugar bonito para morar, mas do jeito que morava na sua cidade. Para estes últimos seria essencial o conhecimento da cultura local, de um modo de vida que a pesca da tainha pode ajudar a compreender. Aqui nos referimos, novamente, às práticas coletivas, às trocas, conforme demonstra o depoimento abaixo:

Trabalhava de dia e a noite assava um peixinho né? Pirãozinho. É... antigamente tinha troca né? Por causa do peixe. Era uma coisa linda né, que antigamente tudo era compartilhado um pelo outro; o café também, tinha o cafezal. Aqui tinha o engenho do seu Miguel, do seu Valério também, tinha mais engenho também, tinha outros mais. Tinha 22 engenhos. Hoje... Hoje não tem nenhum funcionando, nenhum. Tá fazendo uns três meses que desmancharam um. Desmancharam mas tem esse um (do Senhor Miguel), pelo menos os caras vão vir aqui e saber que isso era um engenho de farinha. Saiu o peixe, trocava por farinha, tinha muita troca. (Pescadores em depoimento ao IFSC, Projeto Tekoá, 2018)

A respeito dos territórios tradicionais, Hugo Adriano Daniel comenta:

É importante que o território tradicional da pesca artesanal da tainha no Campeche seja salvaguardado. Além da Ilha do Campeche, compõem este território as picadas, que são em torno de 40, entre as quais citamos a da Capela, a do Tibúrcio, a do Juca, a do Deca Rafael, a do Tomaz. As picadas eram os caminhos de acesso à praia por sobre as dunas. Muitas foram fechadas por proprietários de imóveis, “sendo algumas recentemente reabertas por decisões em 2016 como resultado de ação judicial movida pelo Ministério Público Federal (caminhos tradicionais) sob número 50001387520114047200” (informação repassada a Hugo A. Daniel pelo Presidente da AMOCAM, Alencar Deck Vigano)²².

Para o Ministério Público Federal, a comunidade está perdendo esse território frente a interesse de particulares, que fazem a travessia para a Ilha do Campeche. Para o Procurador Federal Eduardo Barragan Serôa da Motta, o território não é somente onde estão os ranchos, e já há uma sentença para que o poder público faça o levantamento completo do que é o território tradicional, incluindo as picadas e trilhas, por exemplo.

(Reunião entre a Associação de Pescadores Artesanais do Campeche, IFSC e Ministério Público Federal, em 31 de outubro de 2018).

Considerando o uso coletivo do espaço por uma comunidade, compreende-se tanto as picadas quanto a Ilha do Campeche como o território de abrangência da pesca artesanal da tainha.

4.2.4 A pesca individual com redinha feiticeira

A pesca com redinha feiticeira (30/40 braças), que é uma pesca individual, prejudica a pesca coletiva da tainha, objeto desta solicitação. Estas redes são lançadas ao mar durante a noite, por duas ou três pessoas, e batem no cardume, que vai embora.

O intuito destas pessoas é capturar algumas poucas tainhas. De acordo com os pescadores artesanais, há uma proibição tácita, não expressa, desta prática, mas deveria haver fiscalização.



notas de rodapé

10. Este número está baseado no “Levantamento dos Ranchos de Pesca da Praia do Campeche/Florianópolis – SC”, fornecido pela EPAGRI. COSTA, Philipe Medeiros. **EPAGRI contribuição dossiê** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <daniela.carvalho.carrelas@gmail.com> em 09 out. 2018.

11. PRUDÊNCIO, Arnaldo. Depoimento para **Dossiê de Solitação [sic] de Registro da pesca Artesanal do Campeche como Patrimônio Cultural Imaterial de Santa Catarina, à Fundação Catarinense de Cultura - FCC** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <claudia@ifsc.edu.br> em 29 out. 2018.

12. O **Termo de Compromisso** (ANEXO A) firmado entre a Federação de Pescadores do Estado de Santa Catarina (FEPESC) e a Associação Brasileira dos Armadores da Pesca do Atum (ABRAPESCA), com o objetivo de promover a conciliação entre as atividades pesqueiras de natureza industrial e artesanal durante o período de safra da tainha coloca em evidência o aspecto organizativo dos pescadores e sua luta que, ao fim e ao cabo, é o fundamento da existência da pesca artesanal até os dias atuais.

13. Auto de infração ambiental n.º 15991. In: MPF. Procuradoria da República em Santa Catarina. Divisão de Tutela Coletiva. **Inquérito Civil Público N.º 1.33.000.003226/2010-46 PR/SC** instaurado para atuar na identificação, regularização dominial e salvaguarda dos ranchos de pesca artesanais localizados na Praia do Campeche, no município de Florianópolis/SC – Volume III, fl. 515.

14. BARRAGAN, Eduardo. Ofício n.º 5743/2016-GAB-EB, 30 nov. 2016, Florianópolis, [para] CARLIN, Ivo Volnei (Superintendente da FLORAM). In: MPF. Procuradoria da República em Santa Catarina. Divisão de Tutela Coletiva. **Inquérito Civil Público N.º 1.33.000.003226/2010-46 PR/SC** instaurado para atuar na identificação, regularização dominial e salvaguarda dos ranchos de pesca artesanais localizados na Praia do Campeche, no município de Florianópolis/SC – Volume III, fl. 525.

15. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/12/floram-autua-rancho-de-pesca-em-praia-e-mpf-pede-explicacoes.html>>. Acesso em: 13 jul. 2018

16. Disponível em: <<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/policia/noticia/2016/01/incendio-em-rancho-de-pescadores-no-campeche-pode-ser-criminoso-4953701.html>>. Acesso em 11/08/2018.

17. Boletim de Ocorrência, 20 set. 2008. In: MPF. Procuradoria da República em Santa Catarina. Divisão de Tutela Coletiva. **Inquérito Civil Público N.º 1.33.000.003226/2010-46 PR/SC** instaurado para atuar na identificação, regularização dominial e salvaguarda dos ranchos de pesca artesanais localizados na Praia do Campeche, no município de Florianópolis/SC – Volume I, fl. 09.

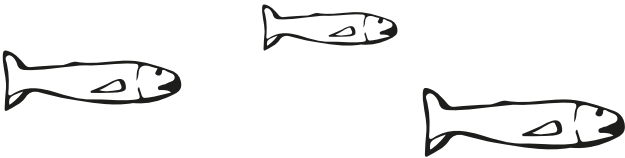
18. Boletim de Ocorrência, 16 jan. 2016. In: MPF. Procuradoria da República em Santa Catarina. Divisão de Tutela Coletiva. **Inquérito Civil Público N.º 1.33.000.003226/2010-46 PR/SC** instaurado para atuar na identificação, regularização dominial e salvaguarda dos ranchos de pesca artesanais localizados na Praia do Campeche, no município de Florianópolis/SC – Volume III, fls. 532-533.

19. Em 2016, foi enviado pela **Federação de Pescadores do Estado de Santa Catarina e da Colônia de Pescadores Z-11** um ofício ao Procurador da República **Eduardo Barragan Serôa da Motta**. O documento demonstra a luta dos pescadores para a continuidade de realização da atividade mesmo diante da complexificação do uso público dos locais e adjacências onde ela ocorre, assim como seu interesse em promover o ajuste de condutas entre trabalhadores e usuários (ANEXO D).

20. BRAZ, Roberta de Paula. **Entrevista** **Ciro Miguel** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <claudia@ifsc.edu.br> em 21 nov. 2018.

21. DANIEL, Hugo Adriano. **Pesca artesanal da tainha no Campeche** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <elisa.schemes@ifsc.edu.br> em 04 jun. 2019.

22. DANIEL, Hugo Adriano. **Pesca artesanal da tainha no Campeche** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <elisa.schemes@ifsc.edu.br> em 04 jun. 2019.



Fotos de Mara Regina Freire, 2009.



5. descrição sumária do bem



Foto de Mara Regina Freire, 2017.

5.1 O período em que ocorre a safra da tainha²³

Cabe explicar brevemente o peixe tão mencionado neste texto e tão especial para os nativos e pescadores artesanais do Campeche:

Tainha é a denominação conferida a uma gama de espécies da família Mugilidae, especialmente aquelas pertencentes ao gênero Mugil. O habitante local que acredita ser um “tesouro particular” está muito enganado. Diferentes espécies de tainha podem ser encontradas ao longo de toda costa brasileira, bem como em oceanos de todo o mundo (tanto em águas costeiras tropicais como temperadas, excetuando ambientes polares). Em função disso, elas são peixes amplamente empregadas na alimentação ao longo da história, relatadas inclusive na dieta do antigo império romano, no Mediterrâneo (RIBAS, 2016, p. 302)

A espécie Mugil liza (VALENCIENNES, 1836) ou Mugil platanus (GÜNTHER, 1880) é a mais conhecida no litoral catarinense, devido à sua chegada durante o outono e o inverno (apud RIBAS, 2016, p.71, 303). A espécie:

[...] habita águas marinheiras costeiras e estuários de água salobra, podendo adentrar em rios. Formam grandes cardumes, realizando migrações ao longo da costa, do sul para o norte. Alimentam-se de detritos orgânicos encontrados especialmente no lodo e na areia, além de algas (RIBAS, 2016, p. 304)

Em termos alimentares a tainha é um peixe consumido de diversas formas: fresco, seco, salgado etc. “Suas ‘ovas’ também constituem em um importante recurso alimentar”. [...] apesar de classificada como um ‘peixe forte’ (em termos de aroma/sabor), pode-se dizer que a tainha é um dos peixes mais estimados pela população florianopolitana” (RIBAS, 2016, p.305-306). Com muita frequência, seu sabor é caracterizado como ‘forte’, atribuindo-se essa característica ao sabor de sua gordura. Na fala dos nativos, de todo o litoral brasileiro, a tainha é mais apreciada justamente na costa catarinense, sobretudo a partir de Laguna em direção ao norte do estado. Dentre as explicações, estariam o material do qual ela se alimenta no caminho: no Rio Grande do Sul, alimenta-se do lodo da lagoa, o que lhe atribuiria um sabor amargo; no percurso, os alimentos marinhos melhorariam o sabor e aspecto da carne, mais apreciada antes da desova (Ademir Damasco, depoimento ao IFSC, Projeto Tekoá Pirá, 2019). Outros

ainda sugerem que se deve à fase de maturação que ela atinge no litoral de SC:

Só que ele é um peixe que quando sai da lagoa (Lagoa dos Patos) ele é um peixe enjoativo...de tão gordo, de tanta banha por dentro! É um peixe que se cria em água salobra, em águas paradas. Então o peixe come e dorme...se cria ali. Fica só engordando! Na época que ela sai da Lagoa e ela pega a navegação, pra vir prá nossas águas, ela sai com a ovinha fininha de um dedo e a gordura bem grossa. Ela vai queimando a gordura e a ova vai crescendo! Vai desenvolvendo a ova! Quando ela chega na nossa região, a ova já tá assim [grande]! Aquela banha todinha ela já jogou fora. Ela queimou tudo na navegação! Por isso que se lá ela é boa, aqui ela é o dobro de boa. Quando tem muita gordura dentro, o peixe dá azia. Muita gordura, né? Pescador artesanal do bairro de Coqueiros (Baía Sul), em 2016 (RIBAS, 2016, p. 306).

Devido ao seu estado de conservação no sul do Brasil, a indicação é de consumo moderado:

Enfatiza-se que é uma espécie fortemente capturada durante sua migração de desova e agregação, o que levou à sobrepesca, pelo menos em algumas partes da sua distribuição. Após a expansão da pesca industrial brasileira, declínios drásticos de captura de até 90% foram diretamente observadas na Lagoa dos Patos (um viveiro importante e área de alimentação), sendo que a abundância juvenil caiu consideravelmente nos últimos cinco anos. [...] A sobreexploração é considerada uma grave ameaça para esta espécie, pelo menos no sul do Brasil, onde é temido que o estoque esteja à beira do colapso (CASTRO apud RIBAS, 2016, p. 314, grifo do autor).

A pesca da tainha ocorre entre os meses de maio a julho, e desde 2006 é realizada na praia do Campeche uma missa no dia 1º de maio para celebrar o início da safra. Desde então, esta missa abre oficialmente a safra da pesca da tainha em Santa Catarina: “Fiéis as superstições, o pescadores abrem a safra deste ano com uma nova missa na praia, a exemplo da ocorrida no ano passado, celebrada inclusive pelo mesmo padre da missa do ano passado, Aílton Rocha.” (FRIO..., 2006).

No dia 1º de maio, as atividades iniciam com um café coletivo no Rancho de Pesca Cultural da família do “Seu Getúlio”. Em 2018, o convite trazia o seu retrato na divulgação, pois ele faleceu em janeiro daquele ano. Getúlio Manoel Inácio foi o idealizador da missa, que foi ampliada e ganhou dimensão em todo o litoral de SC, marcando o início da safra, sendo abraçada pela Federação e pelas Colônias de pescadores. Trata-se de “um dia inteiro de atividades que envolvem a pesca, a religião, a cultura, o lazer



Figura 3 – Convite para a 13ª missa de abertura da Safra da Tainha, com imagem em homenagem ao finado “Seu Getúlio”.
Fonte: DANIEL, Hermes, 2018.

e o espírito de comunidade”, explica Carla Inácio da Cunha, de 44 anos, uma das filhas de “Seu Getúlio”. (BAZZO, 2019).

O café e as demais atividades matutinas desse dia são organizadas pela Associação de Pescadores Artesanais do Campeche e por alguns voluntários. A comunidade se mobiliza para a sua realização: os alimentos para o farto café, banners, divulgação, aluguel de tendas e som provêm de ofertas de comerciantes locais e também de arrecadação por meio de uma rifa.

Após o café, seguem-se ritos civil e religioso em estrutura montada em frente ao rancho do “Seu Getúlio”. Em 2019, ocorreu primeiro a execução do Hino Nacional e o hasteamento das bandeiras por civis, pessoas de expressão na pesca: Laurentino Benedito Neves (o “Chinho”) da Barra da Lagoa; Arantes Monteiro Filho (o “Arantinho”) do Pântano do Sul; Amilton Damasio de Andrade, da Associação dos Pescadores Artesanais do Campeche e Alencar Deck Vigano (Presidente da Associação de Moradores do Campeche - AMOCAM). As bandeiras hasteadas são as de Florianópolis, do Brasil, de Santa Catarina e da Associação de Pescadores do Estado de Santa Catarina (APESC).

Na sequência, todos os presentes dirigem-se até a estátua em homenagem ao pescador, na rotatória de entrada da praia - a estátua representa “seu Deca”, o pescador Manuel Rafael Inácio, pai de “seu Getúlio” e de Aparício Manoel Inácio. Deste ponto, partem em procissão entoando canções do hinário religioso católico, acompanhadas pela banda do rancho de pesca do “seu Getúlio”. O grupo que canta é da paróquia local, da capela São Sebastião. Os símbolos presentes são as imagens de São José Operário (padroeiro dos trabalhadores) e de São Pedro, além das bandeiras do Divino (herança da cultura açoriana) carregadas pelos casais festeiros de 2019 – que vão à frente, conduzindo a procissão.

De volta à estrutura em frente ao rancho, a missa transcorre com a liturgia tradicional, no entanto, em alguns momentos do rito religioso – incluindo a prédica, dependendo do sacerdote –, é abordada a questão da pesca e do dia do trabalhador. No ofertório, são levados ao altar símbolos que marcam este dia como a Constituição Federal de 1988, uma ampliação de uma Carteira de Trabalho, a miniatura de um barco, a tarrafa simbolizando a rede e um instrumento musical (representando a valorização das expressões culturais e artísticas e em memória de “Seu Getúlio”).²⁴

Por que a missa para marcar a abertura da safra? O pescador acredita que a missa ajuda a trazer o peixe, é um pedido “a Deus que dê uma boa safra, que corra tudo

bem, nada de contrário”, explica o cozinheiro Helio H. Faustino (DAMASCO, 2006). O pescador é um homem de fé, principalmente em São Pedro, padroeiro dos pescadores. Há expectativa de grandes lanços nos dias de Santo Antônio (13 de junho), São João Batista (24 de junho) e São Pedro (29 de junho).

Em 2019, após o encerramento da 14ª missa, foi realizada cerimônia na qual o “Termo de Registro da pesca Artesanal da Tainha no Campeche como Patrimônio Cultural de Santa Catarina” foi entregue pela FCC à Associação de Pescadores Artesanais do Campeche. (RÁDIO COMUNITÁRIA CAMPECHE, 02 maio 2019).

Por fim, como em anos anteriores, o presidente da Federação dos Pescadores do Estado de Santa Catarina (FEPESC), Ivo da Silva, declarou oficialmente aberta a safra da pesca artesanal da tainha. Ivo da Silva abordou a problemática que ocorre todos os anos: a espera pela Portaria de autorização (licença para os barcos) é sempre motivo de preocupação para os pescadores, pois geralmente é publicada na véspera do início da safra, momento em que os pescadores já despenderam tempo e recursos no preparo e conserto dos petrechos de pesca. Em 2019, apenas a situação dos que praticam a pesca de arrasto de praia estava regularizada (modalidade praticada pelos pescadores artesanais do Campeche), pois seriam válidas as mesmas licenças de 2017. Para o Presidente da FEPESC, o ideal é que licença fosse anual e publicada com 60 dias de antecedência do início da safra. (CBN, 2019).

Para 2019, os pescadores esperavam uma boa safra, pois de acordo com a sabedoria popular difundida entre eles, no ano em que florescem muitas flores de espinheiro e as aroeiras estão carregadas de frutos, há prenúncio de que virá muita tainha.



Foto de Mara Regina Freire, 2019.

5.2 Definição de pesca artesanal

No Brasil, a definição de pesca artesanal teve seu marco na promulga-
ção da “Lei da Pesca”, a Lei nº 11.959 de 2009 (BRASIL, 2009). Classificou-se a
pesca comercial artesanal como aquela praticada diretamente por pescador pro-
fissional²⁵, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios
de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo
utilizar embarcações²⁶ de pequeno porte, conforme o artigo 8º, da Lei.

A pesca artesanal está, assim, adjetivada como comercial, e a embarcação
utilizada para a prática deve ser de pequeno porte. Entretanto, conforme estará
claro a seguir, os pescadores artesanais do Campeche acrescentam elementos que
conferem características marcadamente culturais à pesca que praticam.

Foram aplicados 106 questionários e realizadas 7 entrevistas com os pes-
cadores artesanais do Campeche, nas quais estes afirmaram que a maioria dos
envolvidos²⁷ não subsiste da pesca, tendo ficado claro que o seu envolvimento
tem natureza cultural, motivado pela socialização, pelo bem estar que este en-
volvimento traz, uma vez que, segundo eles, somente no momento da safra, é
que se reúnem, entre eles. E, ainda, acontece a interação com a comunidade, os
moradores, e também com visitantes, no momento dos lanços, como antigamen-
te sempre acontecia. Desta forma, para os pescadores, o adjetivo comercial não
define a pesca artesanal, sobressaindo a relevância cultural sobre a econômica.

Na fala da maioria quando questionada sobre o significado da pesca, fo-
ram frequentes expressões tais como tradição, amizade, identidade, diversão, la-
zer, prazer, felicidade.

Pra nós aqui é a pesca mais bonita que tem, na temporada da tainha, a rede, os
peixes chegando, quando o peixe chega na praia, aí vem muitos ajudantes, muitas
pessoas, mulher, criança, vem todos eles ajudar, então, aquela comunidade toda,
puxando a rede. É uma coisa muito bonita. Aí quando chega a gente faz uma fila
ali, e começa a dar uma tainha, depende quantos peixe dá, se der duzentas tainha
a gente dá uma pra cada um, não sai ninguém sem peixe! Não sai ninguém sem
levar uma tainha pra comer ao meio-dia! Então isso aí é mais prazerosa ainda,

em saber que a gente pesca e divide com a comunidade! (Pescador, depoimento à EPAGRI, 2018).

Além disso, para os pescadores do Campeche, somente a força humana está permitida na pesca artesanal, “nós aqui é no braço, a gente tem uma equipe de umas 70 pessoas pra ajudar, porque nós aqui é no braço.” (Pescador, depoimento à EPAGRI, 2018).

O “Seu Getúlio” credita à natureza artesanal da pesca da tainha, o fato do peixe chegar:

A pesca, quando ela se diz artesanal, é porque aí está a força do homem, não a força da máquina nem equipamento eletrônico. A da tainha é ainda a que sobra, porque onde está o homem, sem equipamento nenhum, a tainha passa ainda por ali. Na pesca artesanal a tainha ainda deixa uma quantidade para que as pessoas mantenham a pesca viva, dentro do propósito, senão já teria fechado todas as canoas e ranchos (Getúlio Manoel Inácio, pescador em depoimento a EPAGRI, 2018).



Foto de Mara Regina Freire, 2010.



Foto de Mara Regina Freire, 2009.

5.3 Caracterização da comunidade de pescadores artesanais do Campeche

A Pesca da Tainha no Campeche, da forma como acontece atualmente, é uma atividade que envolve basicamente homens, apesar da presença feminina fazer-se notar nos ranchos e participar do movimento na comunidade em torno desta prática cultural. No Campeche as mulheres são denominadas gaivotas quando envolvidas na pesca. Os indivíduos que se encontravam nos ranchos de pesca durante os meses de safra, no ano de 2018, entrevistados para esta pesquisa eram em sua maioria homens, o que corrobora com as informações da EPAGRI, que em seu Boletim Técnico 113, afirma que a pesca artesanal marinha em Santa Catarina, é praticada por homens: “São os homens que vão para o mar realizar a captura do pescado” (EPAGRI, 2018).

Trata-se de um coletivo majoritariamente adulto, com expressiva participação de idosos. Cerca de 42% dos indivíduos têm entre 61 e 75 anos; 44% têm entre 46 e 60 anos e 6,5% situam-se na faixa etária inferior a 45 anos e superior a 76 anos. Os percentuais apresentados evidenciam o envelhecimento da comunidade de pesca artesanal no Campeche, aspecto já percebido pelos próprios indivíduos da comunidade, sobretudo as lideranças. Neste sentido, preocupados com a necessidade de renovação do quadro de pescadores, alguns de seus líderes desenvolveram estratégias para contornar a situação. Uma das estratégias foi a organização de cursos de “remeiros para a pesca artesanal da tainha”, que já ocorrem há pelo menos quatro anos. “Seu Getúlio” criou a apostila da parte teórica, com atribuições e passo a passo, mas por motivos de saúde não formou turmas. As aulas práticas ficaram na incumbência de Claudinei José Lopes - o “Nei” (na Lagoa do Peri) e Amilton Damasio de Andrade (na Lagoa da Conceição). Destaca-se que cerca de 83% dos entrevistados afirmaram pescar há mais de 20 anos, sendo que 74% aprenderam a pescar com familiares.

Na fala da maioria, quando questionados sobre o significado da pesca foram frequentes expressões tais como “tradição”, “amizade”, “identidade”, “diversão”, “lazer”, “prazer”, “felicidade”. Cabe destacar que, para apenas 3,9% dos entrevistados, a pesca é considerada como fonte de subsistência e/ou complemento de renda. Desse modo, pode-se inferir que a relevância cultural se sobressai à econômica.

5.4 A peculiaridade da pesca artesanal no Campeche

A Praia do Campeche é uma praia de mar aberto, agitado, não possuindo as condições ideais de um porto pesqueiro com mar manso. Por conta da formação de fortes ondas, acarretando muitas correntes de repuxos, não se forma um ponto de parada das tainhas. Essas correntes deixam o fundo do mar muito esburacado, dificultando a captura dos cardumes de tainhas, que ao perceberem que estão cercadas, procuram pular ou nadar paralelo à areia na tentativa de achar um espaço de fuga entre a chumbada da rede e o fundo do mar. Por essa característica da praia, é adotada a rede de arrasto (feiticeira).

Em Santa Catarina, a pesca artesanal é praticada nas seguintes modalidades: arte de caída, armadilhas, arrasto, emalhe, cercos, aparelhos com anzol, coletas de moluscos e crustáceos. Na praia do Campeche, a tainha é pescada pelo método do arrasto, também conhecido como arrasto de praia. No processo conhecido como lanço, a canoa é introduzida ao mar em direção ao cardume. Após tirar o “jajigo”, ou seja, esperar as ondas maiores quebrarem antes da canoa, e em segurança, esta passa à arrebentação, dando início à ação do chumbereiro que joga as redes ao mar. Quando 2/3 do total do comprimento da rede já está na água, a canoa começa seu retorno à praia, deixando o cardume totalmente cercado.²⁸ Neste momento em que o barco passa a ser conduzido no sentido mar-praia, o cabo da rede é levado para a terra pelos pescadores embarcados, para ser puxado pelos camaradas. Excepcionalmente, quando o mar encontra-se muito agitado, um mergulhador (que não tem outra função dentro do barco) é acionado para realizar o trabalho de conduzir o cabo da rede do barco para a praia. O meio da rede (copo da rede) é delimitado por uma boia (catuto). Segundo Bannwart (2014), ao ser introduzida no mar, a rede de pesca da tainha é esticada perpendicularmente à praia de forma a barrar a frente do cardume. Os pescadores trazem em seguida essa ponta novamente à terra, formando uma meia-lua. Começam, então, a puxar a rede com o auxílio de cabos.

Para obter mais êxito na captura da tainha, a Praia do Campeche utiliza-se de uma rede denominada de feiticeira²⁹ que é constituída de três panos de redes, sendo dois panos externos denominados de malhão, de malha 30 (trinta)³⁰ medindo nove braças de altura e um pano interno denominado de pano miudeiro, geralmente de malha 10 (dez), medindo doze braças de altura. Os panos de redes são entalhados (amarrados)

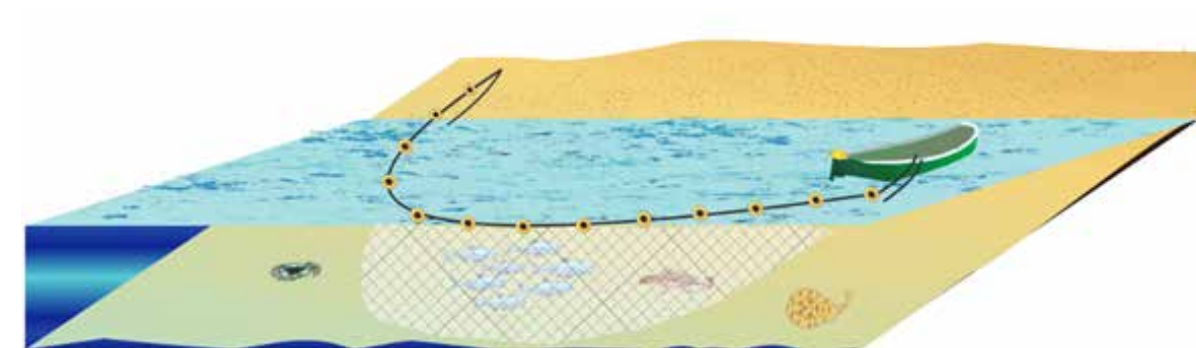


Figura 4 - Esquema arrastão de praia
Fonte: BANNWART, 2014.

numa extensão de 450 braças, aproximadamente 850 metros de cabos de náilon. Em um cabo são colocados chumbos em toda sua extensão para que possa afundar e no outro cabo são colocadas as cortiças para que, flutuando deixem o peixe cercado do fundo do mar até a superfície.

O peixe passa pelo malhão, esbarra na rede miudeira (também denominada de pano morto) e se enrola no outro malhão, ficando preso, e dessa forma é puxado para a praia. A rede miudeira possui três braças a mais do que a rede de malhão, ficando dessa forma frouxa onde o peixe esbarra e ao enrolar-se no malhão vai formando bolsas de peixes malhados.³¹

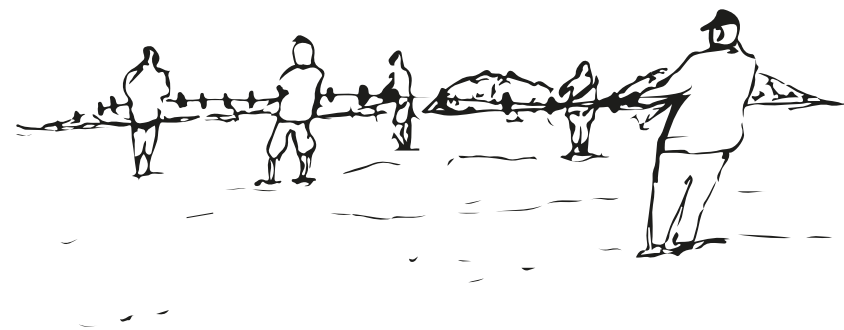


Foto de Mara Regina Freire, 2010.



Figura 5 - A praia do Campeche.
Fonte: FREIRE, 2009.



5.5 A praia do Campeche

A praia do Campeche inicia nas proximidades da Lagoinha Pequena, limite sul da Praia da Joaquina, e finaliza no canto norte do Morro das Pedras, no extremo sul. (PRAIA..., 1999-2019).

Por meio da Lei n.º 4805 de 21 de dezembro de 1995, o Prefeito Sérgio José Grando criou o Distrito do Campeche, desmembrando-o do Distrito da Lagoa da Conceição. O novo Distrito passou a abranger as comunidades do Campeche, Cruz do Rio Tavares, Fazenda do Rio Tavares, Porto do Rio Tavares, Cachoeira do Rio Tavares e Areias do Campeche, numa extensão de 35,32 km². A sede do Distrito ficou estabelecida no Campeche, funcionando no Casarão da Aviação Francesa, na Avenida Pequeno Príncipe (DANIEL, 2018, p. 14).

A respeito dos nomes que a região já recebeu, segundo Paulo Joze Miguel de Brito, ajudante de ordens do governo da Capitania de Santa Catarina (1805-1817), da praia do Morro das Pedras à Joaquina denominava-se Praia do Mandu. A ilha em frente à praia, por sua vez, já era denominada de Ilha do Campeche desde 1790. No entanto, somente em 1860 é que a praia recebe o mesmo nome da Ilha, ou seja, Praia do Campeche (DANIEL, 2018, p. 15).

A origem do termo “Campeche” é controversa: há pelo menos três versões mais conhecidas. A primeira, de caráter folclórico e popular, seria a tradução dos termos franceses *champ* e *pêche* (campo de peixe) e guarda relação com o aviador e escritor Antoine de Saint-Exupéry, autor da obra “O Pequeno Príncipe”, e sua passagem pelo Campeche. A segunda versão teria relação com o Estado mexicano de nome Campeche, cujo termo os espanhóis teriam trazido quando invadiram a Ilha de Santa Catarina no século XVIII. A terceira versão, por sua vez, atribui-se a uma árvore denominada Pau-campeche (*Haematoxylon campechianum*) utilizada em tinturas (semelhante ao Pau-brasil), que foi catalogada no inventário do padre biólogo Reitz “Os nomes populares das plantas da Ilha de Santa Catarina.” (DANIEL, 2018, p. 15-16).

O Campeche está localizado a 15 (quinze) quilômetros do centro de Florianópolis, cuja praia é banhada pelas águas frias da porção sul do oceano Atlântico, caracterizado por suas fortes ondas de mar aberto. “O território é composto por uma ampla planície entre mares, formada por restingas e dunas. Tendo ao centro uma montanha conhecida como Morro do Lampião.” (DANIEL, 2018, p. 14).

A região do Campeche era composta por dois núcleos de moradores: ao sul o Pontal, e ao norte, o Mato de Dentro, que veio a ser denominado Campina. A população era composta “por açorianos, caboclos, descendentes de índios e de africanos que haviam sido escravizados.” Entre as atividades dos habitantes, pode-se mencionar a “pesca, criação de gado, agricultura, tendo como destaque a produção de farinha de mandioca, feijão, milho, melancia, café, cana de açúcar, bem como engenhos de açúcar.” (DANIEL, 2018, p. 14-15).

Em relação à ocupação, “as propriedades eram registradas como terrenos de posse e muitas vezes” eram trocadas “por juntas de bois e vacas leiteiras.” O gado era utilizado como tração na agricultura, bem como sua carne na alimentação. “As vacas leiteiras agregavam no orçamento familiar.” (DANIEL, 2018, p. 15).

A partir dos anos 1970, com a chegada da rede de energia elétrica, e, na década de 1980, com a chegada do asfalto, o Campeche passou a ser uma área supervalorizada para moradia, atraindo pessoas do Estado, do Brasil e do exterior (DANIEL, 2018, p. 15). Nos anos 1970 surgiram projetos de desenvolvimento urbano e econômico da cidade de Florianópolis que previam a transformação desta região num Setor Oceânico-Turístico, com adensamento populacional e obras de infraestruturas urbanas, especialmente as viárias (LENZI; CAZETTA, 2017, p. 605). Estes projetos não se concretizaram, mas na década de 1980, voltaram a estar em destaque, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando aos municípios foi outorgada a responsabilidade pelo planejamento urbano, bem como a atração de capitais e investimentos.

O Campeche - que até então apresentava características semiurbanas e semirruais, determinadas pela presença de famílias rurais açorianas que povoaram a localidade por volta de 1880 e que se dedicavam a atividades agrícolas, pesqueiras e artesãs, com um modo de vida marcado pelas práticas de subsistência – passa a ter uma previsão de 450 mil habitantes (numa população de 255.390 habitantes em Florianópolis no início da década de 1990). A expectativa era de gerar mais de 20 mil empregos com a implantação do Parque Tecnológico do Campeche, além dos postos de trabalho que surgiriam com os hotéis, as pousadas, os campos de golfe, os autódromos e outros equipamentos ligados a um turismo para pessoas de alto poder aquisitivo (LENZI; CAZETTA, 2017, p. 606).

Os moradores da comunidade rejeitaram o projeto e, organizados coletivamente, protagonizaram o movimento que conseguiu barrar a implantação do Parque Tecnológico. De acordo com Vigânigo (2004), os moradores apresentaram um plano

alternativo para a região, que deveria valorizar as peculiaridades culturais e históricas do local, como o artesanato – facilitando e viabilizando a comercialização – atividades típicas, festividades, folclore e outros; o Campo de aviação – que deveria ser destinado para atividades culturais e de lazer da comunidade, e ainda, a criação de espaços de memória ou pequenos museus.

A população do Campeche em 1990 era de 7.514 habitantes (PAZOLINI; SILVA, 2014, p.2). Em 2010, segundo dados do IBGE, a população cresceu para 15.437 habitantes.

A execução da Via Expressa, e do aterro que permitiu a sua construção na década de 1990, a criação da terceira faixa na Geral do Rio Tavares no ano de 2000 e o Elevado do Rio Tavares – contribuíram para a valorização imobiliária do sul da Ilha de Santa Catarina.

Estes dados são indicativos da pressão que as comunidades tradicionais sofrem em função da especulação imobiliária, conforme aponta o depoimento que segue:

Quando a gente era pequena, jovem, vinha gente do centro (da Ilha) pra comer beiju, chegavam de tardinha e ficavam até de manhã , tudo aqui no engenho. O beiju não era como esses de hoje, esse é muito duro. Ali na frente era um engenho, onde tão construindo o condomínio; tinha uma plantação de mandioca. Agora a gente não pode nem mais criar galinha que os vizinhos reclamam. (Mulher, Família do Sr Miguel, depoimento ao IFSC, Projeto Tekoá, 2018).
O nativo é uma pessoa muito desconfiada porque o nativo já foi muito enganado. Muitos, muitos doutores da cidade que vieram aqui.. abraçou o avô do Ivan, tomou cafezinho com o avô do Ivan e o avô do Ivan se encantou pelo doutor.. aí o doutor comprou o terreno do avô do Ivan, cercou o terreno e tirou o acesso da praia. Isso aconteceu muito aqui. Aconteceu muito aqui. Veio, engabelou, enganou, foi cultivando a amizade, foi coisa aí o nativo olhou pro doutor, era doutor né,.. tenho um amigo doutor e o doutor amigo comprou o terreno e tirou o caminho da praia. (Pescador e professor, depoimento ao IFSC, Projeto Tekoá, 2018)



Foto de Mara Regina Freire, 2019.

5.6 A localização dos ranchos



Rancho de pesca em área de preservação permanente é o local destinado ao desenvolvimento da atividade pesqueira; à preservação dos meios de subsistência e manutenção da atividade cultural tradicional, entendida como patrimônio cultural tradicional brasileiro nos termos do inciso II, do artigo 216 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), e ainda com o objetivo de compatibilizar a integridade do meio ambiente com o progresso socioeconômico da região.

A pesca artesanal da tainha no Campeche está organizada em quatro pares que congregam famílias: “o rancho, a embarcação e demais petrechos são propriedades do dono da parêla que pode ser uma pessoa ou uma família, mas a atividade da pesca é desenvolvida de forma coletiva.”³²

De acordo com o levantamento realizado por extensionista da EPAGRI, Philippe Medeiros Costa (2018)³³, os ranchos na praia do Campeche estão localizados conforme segue:



Rancho da Família Daniel (Figura 6)

Patrão: Amilton Damasio de Andrade
Número de parceiros: 80 pescadores
Quantidade de canoas: 2 canoas
Sistema de coordenadas geodésicas:
Datum WGS 84
Unidades Graus, minutos e segundos:
S 27° 41' 03,2``
W 048° 28' 48,4``



Figura 6 – Rancho da Família Daniel, Campeche.
Fonte: SCHEMES, 2019.



Rancho José Dário (Figura 7)

Patrão: Claudinei José Lopes

Número de parceiros: 40 pescadores

Quantidade de canoas: 4 canoas

Sistema de coordenadas geodésicas:

Datum WGS 84

Unidades Graus, minutos e segundos:

S 27° 41' 15,3"

W 048° 28' 52,7"



Figura 7 – Rancho José Dario, Campeche.
Fonte: SCHEMES, 2019.



Rancho do Getúlio (Figura 8)
Patrão: Pedro Aparício Inácio³⁴
Número de parceiros: 30 pescadores
Quantidade de canoas: 2 canoas
Sistema de coordenadas geodésicas:
Datum WGS 84
Unidades Graus, minutos e segundos:
S 27° 41' 24,5``
W 048° 28' 55,5``



Figura 8 – Rancho do Getúlio, Campeche.
Fonte: FREIRE, 2009.



Rancho do Seu Aparício³⁵ (Figura 9)

Patrão: Aparício Manoel Inácio
Número de parceiros: 30 pescadores
Quantidade de canoa: 1 canoa
Sistema de coordenadas geodésicas:
Datum WGS 84
Unidades Graus, minutos e segundos:
S 27° 41' 32,6``
W 048° 28' 59,0``



Figura 9 – Rancho do Seu Aparício, Campeche.
Fonte: SCHEMES, 2019.



Foto de Ronaldo Dias Andrade, 2014.

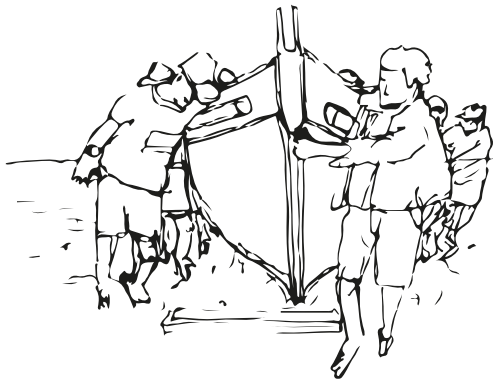
5.7 A transmissão do conhecimento

Em quatro parejas de pesca, os pescadores da comunidade se organizam e se mantêm em atividade para a pesca da tainha, não apenas nos meses da safra, como também nos meses que a antecedem. A transmissão da técnica da pesca artesanal da tainha era feita de pai para filho ou também de avós para netos. Geralmente as crianças com idade de 10 anos já acompanhavam seus pais e avós, exercendo atividades como levar o café para o patrão na praia, enrolar o cabo da rede e até mesmo puxando a rede. Desde esse momento já participavam da partilha, eles já recebiam seu meio quinhão pela atividade exercida. E dependo de seu desempenho na atividade eles iam alcançando outras funções que demandavam mais conhecimento na atividade da pesca como ser Camarada, Remeiro, Chumbeireiro e Patrão³⁶. O envolvimento da comunidade com o pescado e o significado que é dado às diferentes atividades desenvolvidas em torno da pesca passavam de geração a geração, conforme comprovam as fontes acessadas e criadas na presente pesquisa, e demonstram os trechos que seguem:

Eu comecei a pescar aqui com ...e com 15 anos eu fui pro Rio Grande, fiquei um ano, dois anos migrando; aos 17 anos comecei a pescar tainha, pescava antes do Luizão.. quando era outro patrão que não era o Luizão, o outro patrão era o seu Onofre, com o Luizão às vezes eu ia buscar o café dele.. naquele tempo era assim né, hoje tem as moças que faz isso.. então, ele me dava meia parte, ele dizia assim: “Se você vier trabalhar com nós aqui, nós damos meia parte pra você.” Comecei assim. Aí tá, fui trabalhando com ele, trabalhando, trabalhando e depois de uns tempo ele chegou: “Não, agora daqui você vai ganhar uma parte!” Já cresci mais um pouquinho.. e então.. foi aí, disso aí que eu comecei. [E quem vai ficar no lugar do senhor?] Esse menino aí, o Hamilton, porque se não é ele..não tem, não tem. Porque tá difícil, isso aqui tá acabando. Meus filho, não tem nenhum que queira a pesca, tenho quatro filhos homens. (Pescador, depoimento ao IFSC, Projeto Tekoá, 2017).

Na pesca da tainha , meu neto tá aqui comigo, ele tem 14 anos o João Vitor. Nunca comeu pirão d'água na casa da mãe dele. Aqui ele come pirão d'água e peixe...e faço questão que ele venha. Eu sou pescador da Associação de Pescadores Artesanais do Campeche, eu sou neto também de pescadores. Meu avô foi um dos alicerces aqui no Campeche e em se tratando de pesca artesanal. Ele comprou uma canoa também em São Francisco do Sul. Trouxe esta canoa. Aqui também tem famílias, a família Daniel, a família Martins, a família do seu Inácio, do seu Miguel. Então tem essas famílias antigas que eram os proprietários de redes aqui no Campeche. Tinha a família do seu Gino, tinha o Daniel, e tinha o seu Inácio. (Pescador, depoimento ao IFSC, Projeto Tekoá, 2017).

Conforme já exposto, 74% dos pescadores entrevistados em 2018 afirmaram que aprenderam a pescar com familiares.



5.8 As funções de cada um na pesca

A seguir apresenta-se a descrição das funções assumidas pelos envolvidos no processo de pesca artesanal da tainha no Campeche.

5.8.1 Dono de Parelha

Indivíduo que possui uma ou mais canoas e redes de pesca, que são respectivamente o principal equipamento e o principal petrecho utilizado na pesca artesanal da tainha pela técnica do arrasto. Nomeia o patrão, que é o indivíduo que lidera o processo de pesca numa temporada, podendo permanecer na liderança por anos seguidos.

5.8.2 Patrão

Indivíduo que coordena um determinado grupo de pescadores, liderando-o no processo de pesca. O patrão apresenta disposição e coragem para enfrentar o mar. Na pesca da tainha, o patrão é a autoridade máxima. Cabe a esse indivíduo: autorizar o lanço (lançamento da rede ao mar para o cerco do cardume) e realizá-lo sob a orientação visual do vigia na praia; coordenar todos os pescadores no desempenho das suas tarefas, desde o início da temporada de safra até o seu término; interpretar os acenos do vigia em terra e orientar os remeiros e o chumbereiro embarcados, a partir da decodificação dos sinais recebidos; verificar se todos os equipamentos a serem utilizados no processo estão em boas condições e, em caso negativo, providenciar para que os reparos sejam realizados.

5.8.3 Vigia

É aquele que se encarrega da observação diária e atenta do mar, na expectativa de avistar as mantas de peixes (cardumes de tainha) e sinalizar a sua presença aos demais pescadores, no exato momento do avistamento (RIBAS, 2016). Para além de avistar os cardumes, é o vigia capaz de perceber a temperatura da água, a tonalidade do mar, os movimentos dos peixes, o relevo da praia, a direção e a intensidade dos ventos e das correntes marítimas (DEVOS, 2016). É esse indivíduo capaz de quantificar o número aproximado de peixes avistado, estimar a sua espécie, a sua velocidade e direção, bem como de informar ao patrão do barco, por meio de sinais (acenos) qual é o momento exato para o lanço, bem como para retorno do barco à praia. A atividade do vigia é solitária; seu trabalho começa com o raiar do dia e finda com o pôr do sol; em geral trabalha a céu aberto. Na praia do Campeche, especificamente, o vigia (Figura 10) fica posicionado no alto de um cômbro (duna), onde enfrenta toda sorte de intempéries. É, portanto, uma função que requer paciência como característica da personalidade daquele que a cumpre. Destaca-se que o período de pesca dá-se no inverno, o que torna ainda mais difícil o trabalho do vigia.

5.8.4 Remeiros

Nos barcos de pesca do Campeche atuam sempre quatro remeiros: o proeiro, o contra-proa, o contra ré e o ré. A função do proa e do contra proa é auxiliar no alinhamento da canoa. O ré é o remeiro que coordena, que determina a remada e a velocidade; é o remeiro base. O contra ré faz a volta da canoa, conduz a canoa juntamente com o patrão. A velocidade dele é comandada pelo patrão. O remeiro está sempre de olho no patrão e não no mar. Olhar o mar é função do patrão.



Figura 10 – Vigia. A bandeira indicava que era dia de pesca, Campeche. Fonte: FREIRE, 2008.

5.8.5 Chumbereiro

O chumbereiro é o ajudante de pesca que atua embarcado e que tem como principal função lançar o chumbo, isto é, a rede ao mar e prestar auxílio aos remeiros na frenagem da canoa quando do seu retorno do mar, a partir do limite da arrebentação das ondas. A frenagem da canoa, quando é solicitada pelo patrão, é feita pelo chumbereiro que amarra o chumbo ao banco, e segura a canoa com a própria rede (Figura 11).

5.8.6 Camaradas

Os camaradas são aqueles indivíduos envolvidos na pesca, mas que ficam na praia, são os ajudantes na pesca, os ajudantes da rede, inscritos na parelha. São também responsáveis por empurrar a canoa para o mar e, por puxá-la de volta para o rancho após a pesca, como também por embarcar a rede (colocar a rede de volta no barco). Desde que estejam a postos no rancho, os camaradas têm direito ao seu quinhão integral no caso de lanço. Caso contrário, se chegarem após o lanço recebem meio quinhão (toro) desde que trabalhem. O cabo, que é a ponta da rede, é levado para terra após o cerco e passa a ser puxado pelos camaradas.

5.8.7 Ajudantes

Pessoas que estão na praia no momento do lanço, não inscritas como camaradas na parelha; ajudam e recebem um peixe.

Tanto para o transporte da canoa para o mar, quanto para a sua volta para o rancho, são utilizadas toras de madeira, partidas ao meio, denominadas estivas, sobre as quais a canoa desliza. Essas toras são organizadas na forma de um trilho, sendo que o número de peças nem sempre é suficiente para cobrir todo o trajeto a ser feito. Sendo assim, cabe aos envolvidos nesse processo reutilizar as toras sobre as quais a canoa já tenha deslizado, organizando-as num trilho à frente da canoa, repetindo-se essa ação



Figura 11 – Pescadores embarcados, vencendo o “jajigo”, Campeche.
Fonte: ANDRADE, 2015.

até que se chegue ao destino final, ou seja, o rancho onde a canoa será guardada (Figura 12).

5.8.8 A divisão do quinhão

No Campeche, quando o pescado chega à praia ocorre a divisão do peixe capturado. Pedro Aparício Inácio (Pedrinho)³⁷ explica que a forma de divisão do quinhão pode variar de acordo com o rancho/parelha; ele exemplifica como é realizado na sua parelha: num lance em que foram capturadas, por exemplo, 1.150 tainhas, retiram-se 150 para distribuir aos ajudantes e “gaivotas” que auxiliaram a puxar a rede na praia. As 1 mil restantes são divididas em duas partes iguais: uma do dono da rede (500); a outra, dos camaradas (500).

Os remeiros, o vigia e o cozinheiro recebem o quinhão das duas partes, na seguinte proporção: os remeiros recebem 20 quinhões no total (10 da rede e 10 dos camaradas); o vigia recebe 5 quinhões (2,5 da rede e 2,5 dos camaradas); o cozinheiro recebe por essa função 1 quinhão (0,5 da rede e 0,5 dos camaradas) e recebe mais um quinhão como camarada.

Supondo que houvesse 60 camaradas presentes no lança, a contagem aconteceria da seguinte forma (Tabela 1), na qual: Q = quinhão.

Inscritos na parelha	Parte da Rede (500 peixes)	Parte dos Camaradas (500 peixes)	Total
Remeiros	10 Q	10 Q	20 Q
Vigia	2,5 Q	2,5 Q	5 Q
Cozinheiro	0,5 Q	0,5 Q	1 Q
Camaradas (60)	-	60 Q (1 Q por camarada)	60 Q
Total	13 Q	73 Q	



Figura 12 – Camaradas e ajudantes puxando a rede; canoa ao fundo, Campeche.
Fonte: FREIRE, 2016.

No exemplo dado por Pedrinho, a quantidade de peixes por quinhão é definida pela divisão de 500 peixes por 73 quinhões, resultando em 6,8 peixes por quinhão. Na distribuição, arredonda-se para 6 peixes por quinhão, por exemplo, para facilitar a divisão. Disso, tanto da parte da rede quanto da parte dos camaradas, primeiro são separados os respectivos quinhões para os remeiros (incluído aqui o chumbereiro), vigia e cozinheiro. Os quinhões de cada categoria são divididos de acordo com o número de participantes no lanço. Por exemplo, se dois vigias se revezaram no trabalho de observação do mar naquele dia, os 5 quinhões são divididos entre eles, ainda que um deles não esteja mais presente na praia ao final do dia. Da parte dos camaradas são distribuídos os 60 quinhões restantes para os camaradas presentes naquele lanço, contabilizando-se aqui o cozinheiro como um camarada (Pedrinho explica que este participante recebe um quinhão como cozinheiro e um quinhão como camarada).

O patrão tem a incumbência de contar os camaradas presentes naquele lanço e chamá-los nominalmente, ordenando que cada um tome posse de seu quinhão devidamente exposto na areia da praia.³⁸

Na parte da rede há uma segunda etapa na divisão. No exemplo dado, dos 500 peixes da parte da rede, 78 peixes foram separados para os remeiros, vigia e cozinheiro, restando 422 peixes. Desse valor, é retirado um quarto para o patrão, ou seja, 105 peixes para o patrão e os 317 restantes para o dono da rede.

Como os peixes têm tamanhos e pesos diferentes, Pedrinho ressalta que na divisão tenta-se distribuí-los da melhor maneira possível, para não haver quinhão com peixes menores. Por fim, explica que se for um lanço muito pequeno, a distribuição de peixes é feita de forma mais igualitária, restando menos para o dono da rede (Figura 13).



Figura 13 – A divisão do quinhão, Campeche.
Fonte: FREIRE, 2009.



Foto de Mara Regina Freire, 2011.



notas de rodapé

23. O escritor desterrense Virgílio Várzea (1863-1941) desenvolveu uma minuciosa descrição acerca da pesca da tainha realizada na Ilha de Santa Catarina em fins do século XIX (VÁRZEA, 1984, p. 157-174).
24. Parte das atividades do café, hasteamento das bandeiras, procissão, missa, manifestação contra a construção de emissário etc. estão documentadas em vídeo. (RÁDIO COMUNITÁRIA CAMPECHE, 2019).
25. Para exercer a atividade pesqueira, o desempenha o papel de “patrão” é obrigado a ter uma **Carteira profissional**. Como exemplo, apresentamos o documento de Manoel Rafael Inácio (Deca), um dos pioneiros a praticar a pesca artesanal na localidade do Campeche, emitido pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca do Ministério da Agricultura em 1982 (ANEXO E). No ANEXO F é possível observar a **Carteira de sócio de Deca** – documento emitido em 1982 – que atesta o pertencimento e vinculação do pescador a Colônia Z-11 “Almirante Mirabeau”, e no ANEXO G, o talão de cobrança de anuidade da colônia, que demonstra a continuidade no desenvolvimento da atividade entre 1983 e 1991, Deca faleceu em 1993. Por fim, a imagem do ANEXO H apresenta Deca e as canoas Glória e Helena no rancho de pesca. A canoa Glória encontra-se no rancho da família e a canoa Helena Deca a vendeu, no entanto, não há informações sobre onde estaria atualmente.

26. Toda embarcação utilizada na atividade pesqueira, deve possuir um Certificado de registro. Como exemplo, apresentamos o Certificado da embarcação Glória, de propriedade de Getúlio Manoel Inácio, expedida pela Superintendência em Santa Catarina do Ministério da Pesca e Aquicultura. O documento data o ano de fabricação da embarcação, demarcando sua antiguidade: 1952. No ano de assinatura do documento (2011) a embarcação completava 59 anos de existência (ANEXO I).

27. Os envolvidos com a pesca artesanal no Campeche são membros da comunidade. Neste sentido, apresentamos um documento com a identificação nominal dos camaradas e dos proprietários de rede Aparício e Getúlio, no “quadro demonstrativo da pesca da tainha, no Campeche em 1990, onde aparece Manoel Rafael Inácio, como pescador artesanal” (INÁCIO, Getúlio Manoel. Deca e Zé Perri. Campeche: [s.n.], 2001, p. 72-73). São relacionadas 82 pessoas da comunidade e suas respectivas funções (ANEXO J). Outro documento em que demonstra tal participação é o Rol Portuário (1956) – ANEXO K. Este era um documento obrigatório para realização de “contrato e distrato” de pessoal nas embarcações empregadas em serviços portuários e atividades de pesca. Nele, é possível vislumbrar os registros realizados na década de 1950 relacionadas à embarcação Glória.

28. DANIEL, Hugo Adriano. **Pesca artesanal da tainha no Campeche** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <elisa.schemes@ifsc.edu.br> em 04 jun. 2019.

29. Antes da rede feiticeira a rede utilizada no Campeche era a “terno de costa”, que entrou em desuso. A secagem desta rede e o seu modo de produção são apresentadas nos ANEXO L (foto capturada em 1987) e ANEXO M (foto da roca de madeira).

30. 30 (trinta) é a medida da malha da rede, de seu “orifício”.

31. Este processo pode ser observado através das imagens do ANEXO N.

32. DANIEL, Hugo Adriano. **Pesca artesanal da tainha no Campeche** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <elisa.schemes@ifsc.edu.br> em 04 jun. 2019.

33. COSTA, Philipe Medeiros. **EPAGRI contribuição dossiê** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <daniela.carvalho.carrelas@gmail.com> em 09 out. 2018.

34. Em 2019 passou a ser o Adir Plácido Vigânigo.

35. O primeiro rancho de pesca do Campeche foi o de Manoel Rafael Inácio (Deca). Na foto em anexo (ANEXO O) é possível visualizar o rancho no ano de 1980, em sua localização primária. Esse rancho foi incendiado em 2016, na imagem Deca aparece ao centro, de camisa e chapéu. A Figura 9 mostra o rancho que foi reconstruído.

36. A preocupação com a renovação também se dá em relação à função de patrão. Em 2015, o pescador Getúlio Manoel Inácio elaborou e pôs em prática o curso “Aprendendo a patrão” (ANEXO P). A iniciativa pedagógica do pescador, além de demonstrar sua intenção na transmissão do saber-fazer, assevera sua vontade de realizá-la de forma mais sistemática e rigorosa.

37. INÁCIO, Pedro Aparício. **Divisão do Quinhão** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <elisa.schemes@ifsc.edu.br> em 23 out 2019.

38. DANIEL, Hugo Adriano. **Pesca artesanal da tainha no Campeche** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <elisa.schemes@ifsc.edu.br> em 04 jun. 2019.





Foto de Ronaldo Dias Andrade, 2015.



6. informações históricas

A pesca como atividade econômica no mundo
A pesca no território brasileiro e em Santa Catarina
A pesca da tainha pesca da tainha no Campeche



Foto de Ronaldo Dias Andrade, 2017.

6.1 A pesca como atividade econômica no mundo

A prática pesqueira é reproduzida pelos agrupamentos humanos como forma de criação e manutenção das condições de vida há milhares de anos. As evidências históricas de habilidades humanas em pesca mais antigas datam do final da época do Pleistoceno – há 42 mil anos – e foram encontradas em 2011 na caverna de Jerimalai, em Timor Leste.

A atividade abrangia uma gama de espécies de peixe bastante diversificada, incluindo variedades das zonas pelágicas como o peixe-papagaio e o atum, encontrados em áreas oceânicas mais afastadas da costa e cuja captura exigia a utilização de embarcações bastante resistentes (O'CONNOR; CLARKSON; ONO, 2011).

Ao trabalhar, separando o peixe de sua conexão imediata com o meio natural – a água – os povos primitivos³⁹ produziam as condições para sua existência material, servindo-se dele como alimento (meio de sobrevivência) e aproveitando seus elementos constitutivos, como os ossos, dentes, órgãos internos, pele e nadadeiras como objetos de trabalho⁴⁰ e, também, para a produção de artefatos de cunho ritualístico e/ou religioso.

No mesmo sítio arqueológico em Jerimalai foram encontrados outros indícios – como anzóis feitos de conchas de moluscos – produzidos em tempos históricos diversos e com antiguidade estimada entre 23 e 16 mil anos – que revelam a permanência e a dimensão da atividade pesqueira entre os agrupamentos primitivos, ainda que possa ter, historicamente, sofrido descontinuidades, devido às transformações das condições climáticas, entre outros condicionantes.

6.2 A pesca no território Brasileiro e em Santa Catarina

No que tange ao território que hoje abrange a unidade nacional brasileira, os vestígios mais antigos da pesca remetem a aproximadamente 6.000 anos atrás e foram encontrados no nordeste da costa catarinense, nos amontoados de conchas, espinhas, madeiras, pedras, entre outros materiais - denominados posteriormente pelos tupis-guaranis de sambaquis - e que nos foram legados pelos povos pescadores-coletores primitivos (BANDEIRA, D.; ALVES, M., 2012).



Por grande parte da costa brasileira viveram povos culturalmente distintos, mas que desenvolveram práticas sociais bastante similares aos habitantes da costa catarinense. A similitude geomorfológica e ecológica do litoral promoveu pontos de convergência na reprodução da vida destes agrupamentos (PROUS, 1992), como atestam mais de dois mil sambaquis catalogados do Rio Grande do Sul ao Pará.

Para estes povos, que não desenvolviam práticas de cultivo, a pesca ocupava um lugar central e dominante no processo de reprodução social, chegando, inclusive, a colocar em vulnerabilidade algumas populações de peixes capturadas em excesso (SOCORRO, 2016). Em alguns sítios arqueológicos, como os da baixada fluminense, por exemplo, foram encontrados vestígios ictioarqueológicos de espécies de peixes típicos do alto-mar, como tubarões, que nos fornecem pistas para a compreensão sobre o estágio técnico e das habilidades de captura e navegação desenvolvidos por estes povos.

O desaparecimento dos povos sambaquieiros não significou a extinção da prática pesqueira pelos agrupamentos que desenvolveram sua trajetória histórica posteriormente, mas o deslocamento de sua centralidade no processo sociometabólico. Os Guarani, por exemplo, que formavam na posição mais meridional do que hoje é o Brasil povoamentos étnicos com proximidades históricas, linguísticas e culturais, mas distintas formas de organização sociopolítica, produziram uma agricultura bastante produtiva, sendo referenciados, inclusive, como povos horticultores (FELIPIM, 2001). Contudo, provavelmente como forma subsidiária e complementar, desenvolviam outras atividades, dentre as quais a pesca. Hans Staden, viajante nascido no Reino da Alemanha e que esteve no Brasil colonial em duas ocasiões no século XVI (entre 1547 e 1549) registrou a prática da pesca da tainha realizada por estes povos no litoral da então capitania de São Vicente:

Neste tempo procuram uma espécie de peixe que emigram do mar para as correntes de água doce, para aí desovar. Esses peixes se chamam, em sua língua, “piratis”, e em espanhol “lisas”. Pescam, grande número de peixes com pequenas redes. O fio que as esmalham, obtêm-no de folhas longas e pontudas, que chamam de tucum. Quando querem pescar com estas redes, juntam-se alguns deles e colocam-se em círculo na água rasa, de modo que a cada um cabe um determinado pedaço da rede. Vão, desta maneira uns poucos no centro da roda e batem na água. Se algum peixe fugir para o fundo, fica preso à rede. Aquele que pega muito peixe reparte com os outros que pescam pouco. Também os atiram com flechas. Têm a vista aguçada. Quando algures vem um peixe à tona, atiram-no, e poucas setas falham. Recolhem grande porção de peixes, torram-nos sobre o



fogo, esmagam-nos, fazendo deles farinha, a que chamam de piracuí, que secam bem a fim de que se conserve por muito tempo. Levam-na para casa e comem-na juntamente com a de mandioca (STADEN, H., 1900, p.42)

Os ameríndios, portanto, tiveram como uma das formas de efetivação do trabalho, como forma de intercâmbio orgânico com a natureza, a pesca, assim como os povos que os precederam. Não obstante o processo anticivilizatório porque passaram no contato social com os europeus, acabaram por transmitir e trocar com os colonizadores técnicas que seriam mantidas por séculos, como o “cerco” e a utilização de redes.

Em Santa Catarina, o deslocamento dos povoadores vicentistas no decorrer das primeiras décadas do período colonial deu seguimento à perpetuação da prática pesqueira na região. Em longas extensões de terra (sesmarias) concedidas pelas Coroa Portuguesa, desenvolveu-se, de forma preponderante, a agricultura, com o cultivo de cana de açúcar, algodão e mandioca, e de forma complementar, a pesca (LAGO, 1961). Com a chegada dos imigrantes açorianos e madeirenses em meados do século XVIII, a prática mantém seu papel fundamental na reprodução da vida dos povos litorâneos e adquire um caráter mercantil, fornecendo, através do comércio, alimento de vital importância para o sustento da população da capital e, inclusive, de várias cidades da costa sul americana (BASTOS, 2000).

A pequena produção mercantil pesqueira desenvolvia-se de forma sazonal e, por este motivo, não era a atividade econômica dominante entre os núcleos populacionais, ainda que muitos destes fossem rotulados como núcleos de “pescadores”. Tratavam-se de agrupamentos socialmente organizados em pequenas propriedades autossuficientes (SANTOS, 2011), essencialmente agrícolas, que realizavam a comercialização dos excedentes produtivos.

O processo de trabalho da pesca envolvia a composição familiar com um todo, com uma acentuada divisão sexual do trabalho e uma forma de “camaradagem” que se desenvolvia entre as famílias. Em certas localidades da ilha de Santa Catarina, a partilha dos pescados era realizada de maneira que metade do que havia sido capturado destinava-se ao dono do barco e da rede de pesca, e a outra metade dividida em partes iguais entre os demais pescadores (BASTOS, 2000).

Por todo o século XIX, o comércio de gêneros oriundos da pequena produção mercantil açoriana - incluindo os pescados – experimenta um processo de ascensão (SANTOS, 2011), se alastrando para centros populacionais importantes como Rio de Janeiro, Recife e Montevidéu, por exemplo. Na ilha, à época Nossa Senhora do Des-

terro, a função portuária, comercial e administrativa assumida pela cidade em seu desenvolvimento histórico favoreceu o desencadeamento de um primeiro momento do processo de urbanização. No que tange aos gêneros pesqueiros, o aumento da demanda pelo peixe seco e salgado exigiu e provocou o aperfeiçoamento técnico da captura para o aumento da produção (SANTOS, 2011).

No decurso da segunda metade do século XX, no entanto, com o esforço estrutural de consolidar a função administrativa de Florianópolis, a elevação da concorrência produtiva e comercial, assim como fatores limitantes da própria forma de organização das unidades produtivas familiares (BASTOS, 2000), a pequena produção mercantil açoriana entra em crise e a pesca artesanal passa por um processo de decadência produtiva ao se confrontar com a exploração capitalista no setor, marcada pela produção em larga escala, pela percepção de investimentos de capitais concentrados, incentivos fiscais, subsídios públicos, assim como pela incorporação de tecnologias.

A atividade pesqueira historicamente contribuiu com o processo de humanização e constituição do ser prático e social do mundo dos homens. Partimos desde um tempo bastante recuado, quando o intercâmbio com a natureza, o contato com os mares, rios e oceanos se efetivava como autorrealização humana até o tempo em que o peixe - produto do trabalho – já não pertence mais ao pescador e entra na malha social como mercadoria. A pesca artesanal da tainha se situa entre estes dois polos: entre a relação direta com a natureza, o “poder” sobre o processo e o produto, o peixe, e o risco da perda deste poder, no emalhe do sistema, do peixe como mercadoria, do controle dos órgãos ambientais e sanitários. Esta forma de objetivação da pesca apesar da concorrência desigual, das más condições tecnológicas, da formação geológica desfavorável, dos baixos e instáveis rendimentos, da pauperização e migração de força de trabalho para outros setores produtivos, se mantém viva até os dias de hoje, constituindo-se como uma importante esfera de realização individual e comunitária, preservando-se no processo histórico, perpetuando seus conhecimentos de geração em geração e motivando milhares de catarinenses.

6.3 A pesca da tainha no Campeche

A pesca artesanal da tainha no Campeche vive todos os anos na ilha de Santa Catarina, uma prática que se constitui como “denominador comum” da cultura litorânea brasileira (MUSSOLINI, 1980) e cujo saber-fazer é, ao fim e ao cabo, tradição, e cuja persistência frente a um contexto adversamente posto revela e define a singularidade de seu caráter.

Na narrativa dos pescadores mais antigos, as primeiras canoas no Campeche surgiram nos anos trinta do século XX. O senhor Miguel Quirino Braz, com 90 anos (em 2018), relata o seu aprendizado na pesca com o seu pai. Assim, infere-se que a pesca artesanal da tainha no Campeche é uma prática no mínimo centenária. (Depoimento, ao IFSC, Projeto Tekoá Pirá, 2018).

Na primeira metade do século XX, a família Daniel possuía um rancho na praia da Joaquina e outro na praia do Campeche. “O rancho da canoa Albatroz, na praia da Joaquina ou canto como era denominada pelos nativos, localizava-se no canto norte beirando a pedra e margeando as dunas”. (DANIEL, 2018, p. 203-204). No entanto, os pescadores relatam um conflito ocorrido na praia da Joaquina em 1959, que os levou a pescarem posteriormente apenas no Campeche:

Com o tempo a praia da Joaquina se valorizou e um senhor de nome Belfor (segundo moradores da comunidade), desejava a retirada do rancho, na extremidade do terreno lindeiro. Numa certa manhã do ano de 1959 a poderosa canoa Albatroz amanheceu totalmente destruída flutuando aos pedaços entre as pedras do costão da Joaquina. As redes também desapareceram. Comoção total. O ponto de pesca acabou e todos os irmãos voltaram a pescar na praia do Campeche. (DANIEL, 2018, p. 205-206).

A tradição dessa atividade, suas técnicas, petrechos e rituais de vida em comum, está demonstrada nos depoimentos abaixo:

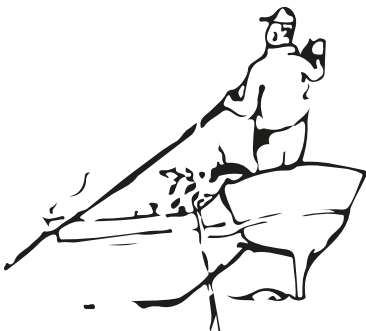
Aqui nós é manter a tradição. Tanto é que esse rancho aqui de praia jamais a gente vai, até..., estamos regularizando toda a documentação do rancho, vieram os papéis agora a gente vai conseguir a regularizar o rancho. Antes,... esses rancho são todos centenário, né, o lá de cima, o rancho do meu pai que foi incendiado, o do Getúlio. Então a nossa pesca aqui já é centenária, dos meus bisavós. (Pescador, depoimento ao IFSC, Projeto Tekoá, 2017)



O meu pensamento, o nosso pensamento aqui é manter a nossa tradição. Eu pretendo ficar aqui, envelhecer, e sempre, dentro da nossa realidade aqui que é: ir ali pescar uma tainha, ter as nossas amizades aqui, entendesse? A gente conversa muito, ter o nosso pessoal aqui mais antigo, e a gente conversar e relembrar tudo, que já foi construído lá de trás; a pesca, a evolução que vai tendo, a rede, a canoa,... então isso aí, essas coisas que a gente pretende manter assim, eu pretendo manter, e jamais vou mexer, vamos reconstruir o rancho, tá pra reconstruir o rancho que foi incendiado. Vamos, vamos repor! Já compramos uma canoa, vamos comprar outra canoa, e ali segue em frente. Vai ficar pros meus filhos, ou pra aqueles que quiserem, vamos continuar. Eu pretendo deixar esse legado legal. Pro o pessoal continuar nossa tradição. (Pescador depoimento ao IFSC, Projeto Tekoá, 2017)

Conforme o Boletim Técnico 113 da EPAGRI, a comunidade pesqueira artesanal é grande empregadora de mão de obra, sendo esta fundamentalmente familiar. Segundo a instituição, nos 34 municípios da costa catarinense existem 317 comunidades pesqueiras (Sunye apud EPAGRI, 2006) com mais de 25 mil pessoas que obtêm seu principal sustento diretamente da atividade (MPA, 2013). Entretanto, na pesquisa com a comunidade de pescadores artesanais da tainha do Campeche, constatou-se que a maioria dos envolvidos não subsiste da pesca. Nas entrevistas afirmaram que o seu envolvimento é motivado pelos seguintes fatores: a cultura, a socialização e o bem estar.

De acordo com Pedro Aparício Inácio, Presidente da Associação dos Pescadores Artesanais do Campeche, a maioria dos pescadores artesanais é constituída por indivíduos nativos do Campeche. Os que não são nativos, como paulistas, gaúchos, estão há muitos anos morando na comunidade e participando das atividades da pesca artesanal.



notas de rodapé

39. A referência a “povos”, “sociedades” ou “comunidades” primitivas não traz qualquer juízo de valor ou caracterização de cunho positivista. Segundo Lessa e Tonet (2011), as “sociedades primitivas” são aquelas que herdaram a forma de organização social dos primatas anteriores e que desconheciam as classes sociais. Viviam, em geral, em pequenos agrupamentos nômades e a sua principal atividade produtiva era a coleta do que a natureza oferecia. A tradição e os costumes eram suficientes para a organização da vida social e a autoridade era pautada na idade, sabedoria, experiência de vida e dotes físicos. Não havia, portanto, nem Estado nem Direito, e a autoridade não estava a serviço da exploração do homem pelo homem. A certa altura do desenvolvimento histórico, a riqueza socialmente produzida na forma do excedente econômico passou a ser apropriada por um grupo social particular como propriedade privada e o caráter antagônico e inconciliável do conflito que se engendrou resultou no aparecimento das classes sociais, suplantando a forma organizativa das sociedades primitivas.

40. Segundo Mussolini (1980), a utilização de redes e “do princípio de amalhar o peixe, empregado principalmente nas redes destinadas aos que, como a tainha, dispõem do salto como defesa” é tão compartilhado pelos agrupamentos humanos pelo mundo afora que não é possível atribuir essencialmente a influência indígena nesta prática, já que as redes portuguesas, por exemplo, também dispunham deste princípio.





Foto de Ronaldo Dias Andrade, 2015.



7. melhoria das condições de existência do bem cultural

Considerações Finais

Os povos e comunidades tradicionais, em consonância com o estabelecido na Constituição Federal de 1988, são:

[...] grupos que possuem culturas diferentes da cultura predominante na sociedade e se reconhecem como tal. Estes grupos devem se organizar, ocupar e usar territórios e recursos naturais para manter sua cultura, tanto no que diz respeito à organização social quanto à religião, economia e ancestralidade. (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Para além do estabelecido na Constituição Federal, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de 2007 (BRASIL, 2007) amplia o conceito ao afirmar que as comunidades tradicionais:

[...] possuem **formas próprias de organização social**, que **ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural**, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e **práticas gerados e transmitidos pela tradição.**” (BRASIL, 2007, grifo nosso).

Como não poderia deixar de ser, este é o entendimento da Procuradoria da República em Santa Catarina, ao se manifestar sobre a preservação das comunidades tradicionais e de seus saberes como de interesse público, em virtude de suas características culturais e ambientais, registrando que “a pesca tradicional é atividade que integra o Meio Ambiente Cultural (material e imaterial), fazendo parte da própria identidade cultural brasileira” (...) e que os pescadores artesanais desempenham “significativo papel na história de Florianópolis, de Santa Catarina e do País (...) pela sua decisiva colaboração na preservação ambiental dos seus territórios tradicionais.”⁴¹

A pesca artesanal da tainha é manifestação coletiva de um saber compartilhado pela comunidade do Campeche. O Registro dos saberes desta prática cultural como Patrimônio Cultural Imaterial de Santa Catarina busca dar visibilidade à trajetória histórica e cultural desse grupo, valorizando sua identidade e fortalecendo os pescadores artesanais em seus pleitos frente à pesca industrial, evidenciando seus direitos no uso dos territórios e buscando as condições necessárias à perpetuação da manifestação.

Assim, o **registro da Pesca Artesanal da Tainha no Campeche**⁴² deve contribuir para a manutenção dos ranchos e petrechos de pesca; para a fiscalização dos esportes náuticos, para a venda do peixe fresco na praia para os que estiverem na praia,

moradores e visitantes, logo após a captura; para a facilitação da atividade de conserto de ranchos e canoas por meio da liberação de madeira apreendida; para os reparos das redes, por meio de subsídio para comprar de material a preço de custo, a exemplo do que ocorre coma pesca industrial, que conta com o subsídio do diesel; para uma maior fiscalização por parte da polícia ambiental ao uso de redinha feiticeira (30/40 braças), e para a proteção do território tradicional da pesca artesanal da tainha, que além dos ranchos de pesca inclui a Ilha do Campeche e as picadas.

Está demonstrada a necessidade de afirmação da concepção dos ranchos como locais não só de guarda de barcos e petrechos, mas também como espaço imprescindível à sociabilidade do grupo: os ranchos e seu entorno são locais onde se realizam manifestações culturais diversas⁴³, como a missa que abre a safra da tainha desde 2006, bem como espaço de preparo de suas refeições – principalmente durante a safra – e ambiente de organização social dos pescadores. Esta concepção está de acordo com o entendimento da Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina – SPU/SC, segundo o qual, é o local utilizado para o desenvolvimento da atividade pesqueira, para a necessidade de preservação dos meios de subsistência e manutenção da atividade cultural tradicional, entendida como patrimônio cultural brasileiro, nos termos do inciso II, do artigo 216 da Constituição Federal (BRASIL 1988) e ainda com o objetivo de compatibilizar a integridade do meio ambiente com o progresso socioeconômico da região. (Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina – SPU/SC).

Os pescadores, que constituem um grupo composto por muitos idosos como mostrou a pesquisa, consideram uma falta de respeito com eles o fato de haver proibição de construção de banheiro e espaço para preparar suas refeições no rancho. Durante a safra, os pescadores se deslocam cedo para o rancho e só retornam para casa ao final do dia, argumentam que precisam, portanto, de um banheiro e local para preparar suas refeições, inclusive para preparar o peixe que capturaram no dia.

Estas são as condições necessárias para que a pesca artesanal da tainha no Campeche possa continuar sendo praticada.

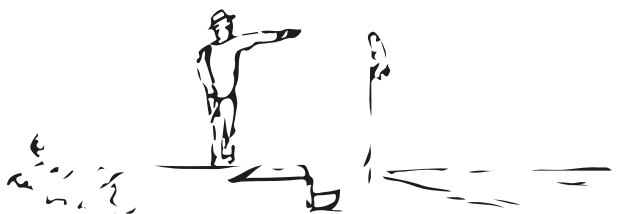




Foto de Mara Regina Freire, 2009.



notas de rodapé

41. MOTTA, Eduardo Barragan Serôa da. Recomendação n.º 001/2009. In: MPF. Procuradoria da República em Santa Catarina. Divisão de Tutela Coletiva. Inquérito Civil Público N.º 1.33.000.003226/2010-46 PR/SC instaurado para atuar na identificação, regularização dominial e salvaguarda dos ranchos de pesca artesanais localizados na Praia do Campeche, no município de Florianópolis/SC – Volume I, fls. 28-31.
42. “Termo de Registro da Pesca Artesanal da Tainha no Campeche como Patrimônio Cultural de Santa Catarina”, entregue pela FCC à Associação de Pescadores Artesanais do Campeche, em 1º de maio de 2019 (ANEXO Q).
43. A matéria do Jornal Diário Catarinense “Canoas, tarrafas e partituras” elaborada pela jornalista Júlia Antunes Lourenço, publicada em 2012, apresenta outro aspecto do rancho de pesca: o cultural. A complexificação da teia social em que o rancho está imerso faz com que passem a coexistir diferenciadas funções a ele atribuídas. Segundo a matéria, ajustes foram feitos para que aulas de música fossem viabilizadas a comunidade (ANEXO R).



referências

BANDEIRA, Dione da Rocha; ALVES, Maria Cristina. Arqueologia histórica no nordeste de Santa Catarina. Revista Tempos Acadêmicos. n. 10, p. 68-87, Criciúma/SC, 2012.

BANNWART, J.P. (Elab.). A pesca artesanal marinha em Santa Catarina. Florianópolis: Epagri, 2014. 56p. (Epagri. Boletim didático, 113).

BASTOS, José Messias. Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina. In: SANTOS, Maurício Aurélio dos (org.). Ensaios sobre Santa Catarina. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Decreto-Lei no 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Diário Oficial da União. Brasília, 7 fev. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm>. Acesso em: 28 out. 2018.

_____. Lei no 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Diário Oficial da União. Brasília, 29 Jun. 2009. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/23439743/lei-n-11959-de-29-de-junho-de-2009>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

DANIEL, Hugo Adriano. Campeche, um lugar no sul da Ilha. Florianópolis: Insular, 2018.

EVANGELISTA, Marcela Boni. Entre a expressão e a intenção: possibilidades de construção narrativa através da transcrição em história oral. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308184513_ARQUIVO_Entreaexpressaoe-aintencao.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2019.

FELIPIM, Adriana Perez. O sistema agrícola Guarani Mbyá e seus cultivares de milho: um estudo de caso na aldeia guarani da Ilha do Cardoso, Município de Cananéia, SP. 2001. 120p. Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2001.

FLORIANÓPOLIS. Lei complementar n.o 482, de 17 de janeiro de 2014. Institui o Plano Diretor de urbanismo do município de Florianópolis que dispõe sobre a política de desenvolvimento urbano, o plano de uso e ocupação, os instrumentos urbanísticos e o sistema de gestão. Gabinete do prefeito. Florianópolis, 17 jan. 2014. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/04_02_2014_12.01.39.ae8af-db369c91e13ca6efcc14b25e055.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2018.

_____. Lei ordinária no 4601, de 05 de janeiro de 1995. Regulamenta a atividade náutica de lazer nos balneários de Florianópolis e estabelece outras providências. Gabinete do Prefeito. Florianópolis, 05 jan. 1995. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/1995/460/4601/lei-ordinaria-n-4601-1995-regulamenta-a-atividade-nautica-de-lazer-nos-balnearios-de-florianopolis-e-estabelece-outras-providencias-1995-01-05>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Base de Informação do Censo Demográfico 2010: Resultado do Universo por Setor Censitário. Rio de Janeiro, 2011.

LAGO, Paulo Fernando de Araújo. Contribuição geográfica ao estudo da pesca no litoral de Santa Catarina. Revista Brasileira de Geografia. Ano XXIII. v. 23, n.1, Rio de Janeiro, jan-mar de 1961.

LENZI, M. H.; CAZETTA, V. Micropolíticas no Campeche: entre diagramas cristalizados, planejamento urbano e produção de desejos. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 2, p. 601-618, agosto. 2017. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/124339>>. Acesso em: 17 dez. 2019

LESSA, Sérgio.; TONET, Ivo. Introdução à filosofia de Marx. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Disponível em <<http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/introdufilomarx.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

MUSSOLINI, Gioconda. Ensaios de antropologia indígena e caiçara. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

O’CONNOR, Sue; CLARKSON, Chris; ONO, Rintaro. Pelagic fishing at 42.000 years before the present and maritime skills of modern humans. Science, v.334, p.1117-1121, 2011.

PAOLI, Paula de. Patrimônio material, patrimônio imaterial: dois momentos da construção moderna do passado, 2018. Disponível em <<http://www.corpocidade.dan.ufba.br/arquivos/resultado/ST1/PaulaDePaoli.pdf>>. Acesso em: 2018.

PAZOLINI, Tiago Umberto; SILVA, Everton da. Seletividade Espacial dos Investimentos Imobiliários – Estudo do Campeche – Florianópolis – Santa Catarina. In: VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales, 2014. Disponível em: <<http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo1/Tiago%20Pazolini,%20Everton%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em 24 out. 2018.

PROUS, A. Arqueologia brasileira. Brasília: UnB, 1992.

RIBAS, Liz Cristina Camargo. Que Peixe é Este? O sabor da pesca artesanal na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: IFSC, 2016.

SANTA CATARINA. Lei estadual no 17.565, de 6 de agosto de 2018. Consolida a Lei no 15.922, de 6 de dezembro de 2012, que dispõem sobre o Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina. ALESC. Disponível em: <<http://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-17565-2018-santa-catarina-consolida-as-leis-que-dispoem-sobre-o-patrimonio-cultural-do-estado-de-santa-catarina>>. Acesso em: 10 out. 2018.

SANTOS, Gilson Leonel dos. A institucionalização da atividade pesqueira no Brasil: avanços e recuos da pesca artesanal e industrial em Florianópolis. 2011. 86 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Geografia, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<http://www.pergamumweb.udesc.br/dados-bu/000000/000000000013/00001359.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

SOCORRO, O.A. et al. The path towards endangered species: Prehistoric fisheries in southeastern Brazil. Plosone, 2016. Disponível em <<http://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0154476>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

STADEN, Hans. Hans Staden: Suas viagens e cativo entre os selvagens do Brasil. São Paulo: TYP. da Casa Eclectica, 1900. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4833>>. Acesso em: 17 dez. 2019

VIGÂNIGO, Elaine Rotta. Desenvolvimento Local e Empowerment no Campeche. UFSC, 2004. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia296198.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2019

VANZ, Argeu; CHAVES, Sandro Silva. A saga da tainha Nina. Cartilha. Itajaí: Univali, 2014.

VÁRZEA, Virgílio. Santa Catarina: a ilha. Florianópolis: IOESC, 1984. 241 p.

Depoimentos, Documentos, Documentos pessoais, Arquivo privado da família. Entrevistas, Fotografias, Vídeos, Autorização de uso cedido aos autores.

AGRELO, Macarena. Turma de remeiros formada no Campeche em 2018. 1 fotografia, color. Acervo pessoal da fotógrafa, autorização de uso da imagem cedida aos autores. Campeche, 2018.

ANDRADE, Ronaldo Dias. Pescadores embarcados, vencendo o “jajigo”. 1 fotografia, color. Acervo pessoal do fotógrafo, autorização de uso da imagem cedida aos autores. Campeche, 2015.

BAZZO, Dayane. Missa no Campeche marca abertura da safra da tainha em Florianópolis. NSC TOTAL. Florianópolis, 01 de maio de 2019. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/missa-no-campeche-marca-abertura-da-safra-da-tainha-em-florianopolis>>. Acesso em: 02 jun 2019.

BRAZ, Roberta de Paula. Entrevista Ciro Miguel [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <claudia@ifsc.edu.br> em 21 nov. 2018.

CBN Diário. Federação de Pescadores de Santa Catarina espera safra de 2 mil toneladas de tainha. Reportagem publicada em 29 abril 2019. Disponível em: <<http://cbndiario.clicrbs.com.br/sc/noticia-aberta/federacao-de-pescadores-de-santa-catarina-espera-safra-de-2-mil-toneladas-de-tainha-214253.html>>. Acesso em: 2 maio 2019.

COSTA, Philipe Medeiros. EPAGRI contribuição dossiê [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <daniela.carvalho.carrela@gmail.com> em 09 out. 2018.

DAMASCO, Ademir. Pesca da Tainha. 2006. (55m 03s) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pbKAwphkQsE>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

DANIEL, Hermes. Convite da 13ª missa de abertura da safra da tainha. 2018. 1 cartaz, color.

DANIEL, Hugo Adriano. Pesca artesanal da tainha no Campeche [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <elisa.schemes@ifsc.edu.br> em 04 jun. 2019.

DEVOS, Rafael Vitorino. Compartilhando imagens, peixes e habilidades, 2016. (20m45s) Disponível em: <<https://vimeo.com/223645065>>. Acesso em: 20 out. 2018.

EPAGRI, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. É Tempo de Tainha. 2018. (14m58s). Disponível em <<https://youtu.be/o4Ocpz5Bk1w>>. Acesso em 11 out. 2018.

FREIRE, Mara Rejane. Vigia. A bandeira indicava que era dia de pesca, Campeche. 1 fotografia, color. Acervo pessoal da fotógrafa, autorização de uso da imagem cedida aos autores. Campeche, 2008.

_____. A praia do Campeche. 1 fotografia, color. Acervo pessoal da fotógrafa, autorização de uso da imagem cedida aos autores. Campeche, 2009.

_____. Rancho do Getúlio, Campeche. 1 fotografia, color. Acervo pessoal da fotógrafa, autorização de uso da imagem cedida aos autores. Campeche, 2009.

_____. A divisão do quinhão, Campeche. 1 fotografia, color. Acervo pessoal da fotógrafa, autorização de uso da imagem cedida aos autores. Campeche, 2009.

_____. Camaradas e ajudantes puxando a rede; canoa ao fundo, Campeche. 1 fotografia, color. Acervo pessoal da fotógrafa, autorização de uso da imagem cedida aos autores. Campeche, 2016.

INÁCIO, Getúlio Manoel. Deca e Zé Perri. Campeche: [s.n.], 2001. 83 p.

INÁCIO, Pedro Aparício. Divisão do Quinhão [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <elisa.schemes@ifsc.edu.br> em 23 out. 2019.

IFSC, Instituto Federal de Santa Catarina (TV IFSC). Movimento Cultura - Pesca Artesanal da Tainha. 2018. (5m22s). Disponível em: <<https://youtu.be/P42VMmQp638>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

_____. Projeto Tekoá Pirá: Turismo de Base Comunitária na Ilha de Santa Catarina. Fotografias; entrevistas; questionários. Florianópolis, 2017, 2018, 2019.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Declaração do México. 1985. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>>. Acesso em 10 out. 2018.

FRIO antecipado promete boa safra de tainha no Sul. Jornal do Campeche e Sul da Ilha. Florianópolis, 05 de maio de 2006. Disponível em: <<https://www.jornaldocampeche.com.br/2006/05/frio-antecipado-promete-boa-safra-de-tainha-no-sul/>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

MPF, Ministério Público Federal. Procuradoria da República em Santa Catarina. Divisão de Tutela Coletiva. Inquérito Civil Público N.º 1.33.000.003226/2010-46 PR/SC instaurado para atuar na identificação, regularização dominial e salvaguarda dos ranchos de pesca artesanais localizados na Praia do Campeche, no município de Florianópolis/SC – Volumes I, II e III.

NUNES. Carlos Portella. A Tainha e a Onda. 2015. Disponível em: <<https://vimeo.com/144151315/e22976ff50>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

PRAIA do Campeche. Guiafloripa. Florianópolis, [1999 - 2019]. Disponível em: <<http://www.guiafloripa.com.br/turismo/praias/campeche>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

PRUDÊNCIO, Arnaldo. Depoimento para Dossiê de Solitação [sic] de Registro da Pesca Artesanal do Campeche como Patrimônio Cultural Imaterial de Santa Catarina, à Fundação Catarinense de Cultura - FCC [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <claudia@ifsc.edu.br> em 29 out. 2018.

RÁDIO COMUNITÁRIA CAMPECHE. Pesca artesanal é patrimônio cultural. Florianópolis, 1de maio de 2019. Facebook: radiocampeche. Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=420867941827627>>. Acesso em 02 jun. 2019.

_____. Primeiro de Maio no Campeche. Florianópolis, 1 de maio de 2019. Facebook: radiocampeche. Disponível em: <https://www.facebook.com/radiocampeche/videos/283430042603113/?eid=ARB5z8p22PVwUp0XJbhyhM3dbIldQl-rASquRo2_5-RGKBXyGOVQsqtq5uh4bX9fg5ugrUfajm1-ywL1k>. Acesso em: 02 maio 2019.

SCHEMES, Elisa Freitas. Rancho do Seu Aparício, Campeche. 1 fotografia, color. Acervo pessoal da fotógrafa, autorização de uso da imagem cedida aos autores. Campeche, 2019.

_____. Rancho da Família Daniel, Campeche. 1 fotografia, color. Acervo pessoal da fotógrafa, autorização de uso da imagem cedida aos autores. Campeche, 2019.

_____. Rancho José Dario, Campeche. 1 fotografia, color. Acervo pessoal da fotógrafa, autorização de uso da imagem cedida aos autores. Campeche, 2019.



glossário

Ajudante: pescador que está na praia no momento do lanço, não inscrito como camarada na parelha; ajuda e recebe um peixe.

Camarada: pescador que ficam na praia, ajudante da rede, inscrito na parelha.

Chumbereiro: pescador embarcado que lança a rede ao mar e auxilia os remeiros na frenagem da canoa quando do seu retorno do mar.

Dono de Parelha: pescador que possui uma ou mais canoas e redes de pesca.

Gaivotas: mulheres envolvidas com a pesca.

“Jajigo”: estado do mar, que permite a saída das canoas na arrebentação das ondas; mar “morto”, mar calmo (corruptela de jazigo).

Patrão: pescador nomeado pelo dono de parelha, autoridade máxima no processo de pesca numa temporada, podendo permanecer na liderança por anos seguidos; autoriza e realiza o lanço, interpreta os sinais do vigia, orienta os chumbereiro e os remeiros, verifica os equipamentos, providencia os reparos.

Parelha: petrechos da pesca (rancho, canoa, redes etc.).

Quinhão: a porção de peixe destinada ao dono da parelha, patrão, remeiros, vigia, camaradas e envolvidos no lanço.

Rancho de Pesca: local utilizado para o desenvolvimento da atividade pesqueira, para a necessidade de preservação dos meios de subsistência e manutenção da atividade cultural tradicional, entendida como patrimônio cultural brasileiro.

Remeiro: pescador responsável pela propulsão da canoa, de acordo com a orientação do patrão ; categorizado como proeiro, contra-proa, contra ré e ré.

Tainha: denominação conferida a uma gama de espécies da família *Mugilidae*, especialmente aquelas pertencentes ao gênero *Mugil*; diferentes espécies de tainha podem ser encontradas ao longo de toda costa brasileira, e em oceanos de todo o mundo, em águas costeiras tropicais ou temperadas, excetuando-se ambientes polares.

Vigia: pescador encarregado da observação diária do mar; avista as mantas de peixe e sinaliza sua presença aos pescadores.



anexos (dossiê)

ANEXO A – Termo de Compromisso FEPESC e ABRAPESCA

1

TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE SI FIRMAM A FEDERAÇÃO DOS PESCADORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA (FEPESC) E A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ARMADORES DA PESCA DO ATUM (ABRAPESCA) OBJETIVANDO ESTABELECE UM ACORDO DE PESCA DURANTE O PERÍODO DE SAFRA DA TAINHA NO ANO DE 2007.

Considerando que a pesca de isca-viva praticada pelas embarcações atuneiras durante o período da safra da tainha pode prejudicar a atividade artesanal e que a referida safra independe de períodos pré estabelecidos, ficando a corrida da tainha sujeita a fatores climáticos, podendo ocorrer fora dos limites constituídos pela portaria IBAMA Nº. 26 de 22 de março de 1995.

Considerando a necessidade de se conciliar as atividades de captura de isca-viva para a pesca de atum e a pesca de tainha realizada pelos pescadores artesanais na ilha de Santa Catarina, durante a safra do ano de 2007, sem que haja prejuízos para ambas as atividades.

A FEDERAÇÃO DOS PESCADORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA – FEPESC e a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ARMADORES DA PESCA DO ATUM - ABRAPESCA, a primeira representando os pescadores artesanais e a segunda, os produtores de atum, acordaram o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A FEPESC fornece à ABRAPESCA os pontos licenciados pela SEAP para a captura de tainha que são nominados abaixo:

[Handwritten signature]

- *Praia do Farol de Santa Marta (Laguna).
- *Praia de Imbituba (Imbituba).
- *Praia de Garopaba (Garopaba).
- *Praia da Pinheira (Palhoça).
- *Praia da Guarda (Palhoça).
- *Praia de Naufragados (Florianópolis).
- *Praia da Solidão (Florianópolis).
- *Praia do Pântano do Sul (Florianópolis).
- *Praia do Campeche (Florianópolis).
- *Praia da Galheta (Florianópolis).
- *Praia do Gravata (Florianópolis).
- *Praia do Canto do Morro, Moçambique (Florianópolis).
- *Praia da Barra da Lagoa (Florianópolis).
- *Praia do Santinho (Florianópolis).
- *Praia dos Ingleses (Florianópolis).
- *Praia Brava (Florianópolis).
- *Praia da Lagoinha (Florianópolis).
- *Praia da Ponta das Canas (Florianópolis).
- *Praia da Cachoeira do Bom Jesus (Florianópolis).
- *Praia de Canasvieiras (Florianópolis).
- *Praia da Armação da Piedade (Gov. Celso Ramos).
- *Praia de Bombinhas (Bombinhas).
- *Praia de Porto Belo (Porto Belo).
- *Praia da Armação do Itapocoroy (Penha).
- *Praia de Piçarras (Piçarras).
- *Praia de Barra Velha (Barra Velha).

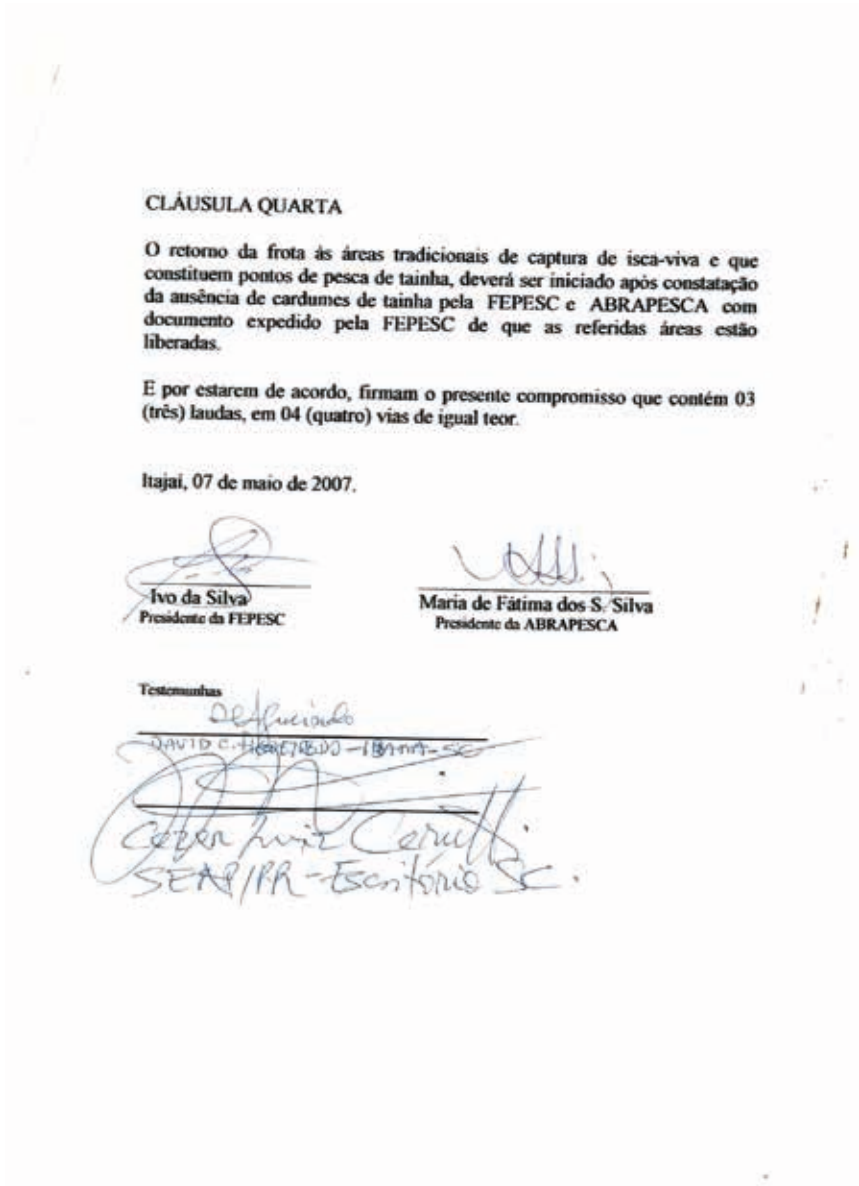
CLÁUSULA SEGUNDA

As embarcações atuneiras não poderão realizar a captura de iscas vivas nos pontos licenciados de tainha, na ilha de Santa Catarina, a partir do surgimento das primeiras capturas de tainha na Ilha de Santa Catarina, cuja constatação se dará através de comunicado por escrito da FEPESC à ABRAPESCA

CLÁUSULA TERCEIRA

Durante todo o período de permanência da tainha e enquanto durar a pesca artesanal sobre a espécie na ilha de Santa Catarina, as embarcações atuneiras deverão suspender suas atividades de captura de isca-viva em todos os pontos licenciados na referida ilha, constantes da lista fornecida pela FEPESC.

[Handwritten signature]



Fonte: INÁCIO, Getúlio Manoel. Documentos pessoais. Arquivo privado da família.

03/12/2016 20h44 - Atualizado em 03/12/2016 20h44

Floram autua rancho de pesca em praia e MPF pede explicações

Rancho de canoa com atividades culturais fica em praia de Florianópolis. Entidade municipal diz que ação atende pedido do próprio MPF.

Do G1 SC



Rancho de pesca foi autuado pela Floram (Foto: RBS TV/Reprodução)

Pelo menos 30 edificações foram autuadas pela Fundação Municipal do Meio Ambiente de **Florianópolis** (Floram) desde outubro na praia do Campeche, no sul da capital catarinense. Um dos procuradores da área ambiental do Ministério Público Federal (MPF) requereu que a Floram explique porque uma das edificações autuadas é um rancho de pesca utilizado por pescadores e também para aulas de música e capoeira.

"Existe uma legislação assegurando que no local há baixo impacto ambiental, o rancho está há décadas, rigorosamente com a legislação exigida em dia. Não sei porque a Floram fez isso", afirma Eduardo Barragan, procurador da república do 11º ofício da capital.

Segundo a Floram, as construções autuadas estão em área de preservação ambiental.

O Auto de Infração de Ambiental (AIA) foi recebido na terça-feira (29) pelo pescador Getúlio Manoel Inácio, dono do rancho. "Fiquei muito surpreso. Papai construiu aquele rancho quase 80 anos atrás. É um rancho de pesca que abriga uma canoa de mais de 100 anos e tem música, capoeira e **a missa que abre a temporada da pesca da tainha**", diz o pescador.



Missa da temporada da tainha é realizada todo ano na praia do Campeche (Foto: Naim Campos/RBS TV)

O auto da Floram penaliza Getúlio com multa e a demolição da obra. "A comunidade inteira ficou indignada, queriam até fazer uma manifestação. Eu que segurei. E existe uma incoerência porque pedem a demolição da obra, mas não está em desenvolvimento, é um rancho de pesca há anos", afirma.

Segundo a Floram, o rancho não deve ser demolido, mas o pescador terá que apresentar sua defesa. Há possibilidade de o rancho precisar ser transferido, caso seja necessário segundo a assessoria da Floram.

Ainda conforme Getúlio, o local é de grande importância para a cultura local. "A vegetação que tem ali, eu que plantei, não tinha nada. Cerca de 70 pescadores utilizam o rancho, a maioria é pescador profissional, com carteira. De dia a gente usa para a pesca e na quarta e quinta de noite tem escola de música e no sábado tem a capoeira. Tem uma mostra permanente com material de pesca, recebo muitas escolas e visitas e as pessoas saem saciadas. Falo também do **Exuperry**, ele e papai eram amigos", defende.

De acordo com a Floram, por meio da assessoria de imprensa, as atuações, incluindo a do rancho de pesca, atende um requerimento do próprio MPF para que a Floram faça um levantamento e autue edificações que estão em área de preservação ambiental. Após as autuações, um estudo seria realizado e haveria uma conciliação nos casos que estiveram adequados com a legislação ambiental.



Campeche é uma das comunidades mais tradicionais na pesca (Foto: RBS TV/Reprodução)

No entanto, conforme o procurador Eduardo Barragan, foi solicitados às entidades ambientais federais, estaduais e municipais um levantamento de construções em áreas da união, independente de estarem ou não em área de preservação permanente para que seja feito o estudo e depois autuação, se necessário.

"Do jeito que a Floram está fazendo é um abuso. Poderiam notificar para apresentar a documentação e, de acordo, com a defesa, passar para autuação de embargo, se for o caso", declara o procurador.

Segundo o pescador Getúlio, caso a possibilidade de demolir o rancho se confirme, a comunidade fará protestos. "Se for pra frente, aí a gente vai para a rua", diz. "Acho que as pessoas desconhecem o que é um rancho de pesca, o que é trabalho social, o que é cultura e o

que é tradição. Só quero que esse pessoal, seja lá quem for que pediu isso, respeite nossa cultura, o espaço das pessoas simples, o nosso linguajar", afirma o pescador.



Atividades musicais também são realizadas no rancho de canoa (Foto: RBS TV/Reprodução)

Fonte: Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/12/floram-autua-rancho-de-pesca-em-praia-e-mpf-pede-explicacoes.html>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

ANEXO C – Derrubada do Rancho do Seu Getúlio, no Campeche, é cancelada

19/08/2018

Derrubada do Rancho do Seu Getúlio, no Campeche, é cancelada - Geral - Hora de Santa Catarina

Hora de Santa Catarina

Florianópolis

08/12/2016 | 10h07

Atualizada em 08/12/2016 | 10h07

Derrubada do Rancho do Seu Getúlio, no Campeche, é cancelada

Auto de infração para demolição do rancho do conhecido pescador assustou os frequentadores do local. Floram deve voltar atrás

Compartilhar



Foto: Felipe Carneiro / Agencia RBS

Caroline Stingham

caroline.stingham@horasc.com.br

Imagine o rancho do Seu Getúlio, importante ponto de pesca e de cultura do Campeche, no sul da Ilha, derrubado. Um espaço com cerca de 50 anos de história ameaçado. Foi esta a primeira impressão que o próprio pescador Getúlio Manoel Inácio, de 65 anos, teve quando recebeu um auto de infração para demolição do local das mãos de fiscais da Fundação do Meio Ambiente de Florianópolis (Floram).

Como assim derrubar o rancho, *mô querido?* Tax tolo?

A história, no fim, pode ser resumida como um mal-entendido. Uma confusão que assustou pescadores e frequentadores do rancho de pesca mais famoso da Ilha.

— Tinha gente que aparecia correndo aqui no Campeche e me perguntava: como assim derrubaram o rancho? A notícia se espalhou e todo mundo se preocupou — contou o manezinho e pescador frequentador do local Ary José Martins, 80, cunhado de seu Getúlio.

Seu Getúlio, proprietário do Rancho de Pesca Manoel Rafael — nome de seu pai, que fora o dono do espaço antigo — ficou surpreso com a autuação que chegou na semana passada.

http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2016/12/derrubada-do-rancho-do-seu-getulio-no-campeche-e-cancelada-8662455.html

1/5

19/08/2018

Derrubada do Rancho do Seu Getúlio, no Campeche, é cancelada - Geral - Hora de Santa Catarina

— A primeira notificação já pediu a demolição, com multa simples. Sendo que um rancho de pesca tem uma legislação diferente, por exemplo, para quem explora comercialmente uma área, que não é o nosso caso — explicou o pescador e musicista,



Galeria de fotos dos pescadores que frequentam o rancho
Foto: Felipe Carneiro / Agencia RBS

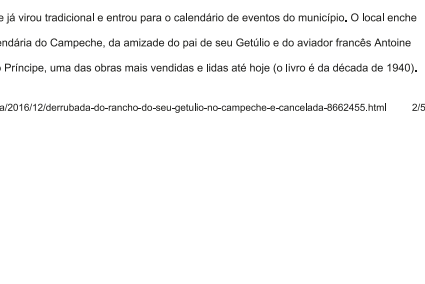
Sim, musicista porque seu Getúlio é maestro, e não só isso, dá aulas de música — com instrumentos que ele conseguiu através de doações — no próprio rancho. Outro maestros dão aulas gratuitas, de forma voluntária para a galera do Campeche que se arrisca no mundo musical. Seu Getúlio tem o maior orgulho em dizer que dali saíram professores de música, acadêmicos da Udesc e muita gente que foi encaminhada para ganhar uma graninha em orquestras e bandas,



A canoa Glória, que foi reformada e está linda
Foto: Felipe Carneiro / Agencia RBS

— Pessoal está sempre aqui jogando dominó, conversando, relembrando. Não temos bebida alcoólica aqui. Só servimos café para o pessoal que vem aqui jogar pelas manhãs — disse seu Getúlio.

Local de muita fé



A canoa Glória, que foi reformada e está linda
Foto: Felipe Carneiro / Agencia RBS

O Rancho Manoel Rafael também é palco de uma missa que ocorre todos os anos, no dia 1º de maio. É a abertura da safra de tainha — que já virou tradicional e entrou para o calendário de eventos do município. O local enche de gente. O espaço guarda uma história linda e lendária do Campeche, da amizade do pai de seu Getúlio e do aviador francês Antoine Saint-Exupéri, o autor do famoso livro O Pequeno Príncipe, uma das obras mais vendidas e lidas até hoje (o livro é da década de 1940).

http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2016/12/derrubada-do-rancho-do-seu-getulio-no-campeche-e-cancelada-8662455.html

2/5

19/08/2018

Derrubada do Rancho do Seu Getúlio, no Campeche, é cancelada - Geral - Hora de Santa Catarina

Um desenho do príncipe Iolirinho, inclusive, está pendurado na parede do rancho.

“Olhóhó”, E mesmo assim queriam derrubar?

Levantamento, antes de qualquer coisa

Seu Getúlio se preocupou com a notificação da Floram e abriu a boca. Pediu ajuda para comunidade, vereadores e até para o Ministério Público Federal (MPF) em Florianópolis.

— A Floram disse que estava cumprindo ordens de um levantamento pedido pelo MPF — revelou o pescador.

De fato, o procurador da República Eduardo Barragan pediu um levantamento completo sobre todos os bens da união na área do Campeche, irregulares ou não. A ideia, segundo o procurador, é deixar a região às claras e com o levantamento, futuramente, avaliar caso por caso.

— Já faz alguns anos que venho trabalhando na localidade do Campeche com vários inquéritos. Venho pedindo ao poder público para fazer um levantamento completo sobre os bens da união, e não tinha resposta. Chegou um momento que tive que tomar uma medida mais drástica. Ajuizei uma ação com este objetivo, há mais ou menos um mês — explicou o Eduardo.

Neste levantamento, os órgãos, como Floram, teriam que identificar as comunidades tradicionais, as áreas de APP e, conforme o pedido do MPF, atuarem em situações que já estejam comprovadamente irregulares. Mas nesses casos, avalia Eduardo Barragan, o comum é enviar primeiro uma notificação e exigir documentos que possam justificar as construções e edificações, e depois, a autuação partiria para demolição ou embargo, se fosse necessário.

— No caso do seu Getúlio não cabe. Já se sabe há décadas da existência do rancho. Há uma série de documentos que respaldam a ocupação — afirmou o procurador.

O que diz a Floram

O procurador da República enviou um pedido de esclarecimentos à Floram, especificamente sobre o caso de seu Getúlio, e a fundação reconheceu que, durante o levantamento, os fiscais de meio ambiente acabaram autuando todas as edificações em APP (Área de Preservação Permanente) no Campeche. Foram cerca de 30 notificações. Segundo o procurador da Floram, David Nascimento, foi uma

http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2016/12/derrubada-do-rancho-do-seu-getulio-no-campeche-e-cancelada-8662455.html

3/5

19/08/2018

Derrubada do Rancho do Seu Getúlio, no Campeche, é cancelada - Geral - Hora de Santa Catarina

ação preventiva.

O restaurante de José Dória da Cunha, 59, o popular Zeca do Campeche, também foi um dos que recebeu a cartinha da Floram. Ele tem o comércio há 33 anos na localidade e também ficou surpreso com a autuação, mesmo depois de tantos anos. Mas ele está tranquilo. Enviou toda a documentação do espaço, que hoje é alugado.

Segundo o procurador da Floram, cada caso será analisado separadamente. Os notificados terão um prazo para apresentar documentos e recorrer de qualquer decisão. As irregularidades confirmadas serão enviadas ao MPF.

— É quase impossível, nestes casos, a demolição imediata de qualquer edificação nessa situação. Seria até ilegal — acalmou David.

O caso de seu Getúlio, afirmou o procurador, deve ser cancelado, pois deve ser reconhecido como atividade cultural durante o processo administrativo.

— No começo da semana que vem, Floram e União vão se reunir para delimitar o que é competência de cada um neste levantamento pedido pelo MPF. Vai ficar bem interessante quando terminar. O estudo ficará embasado e servirá de instrução para futuros processos administrativos — observou David.

O procurador da República, Eduardo Barragan, também avisou que deve ajuizar demais ações com pedidos de levantamentos de terras da União de outros bairros.

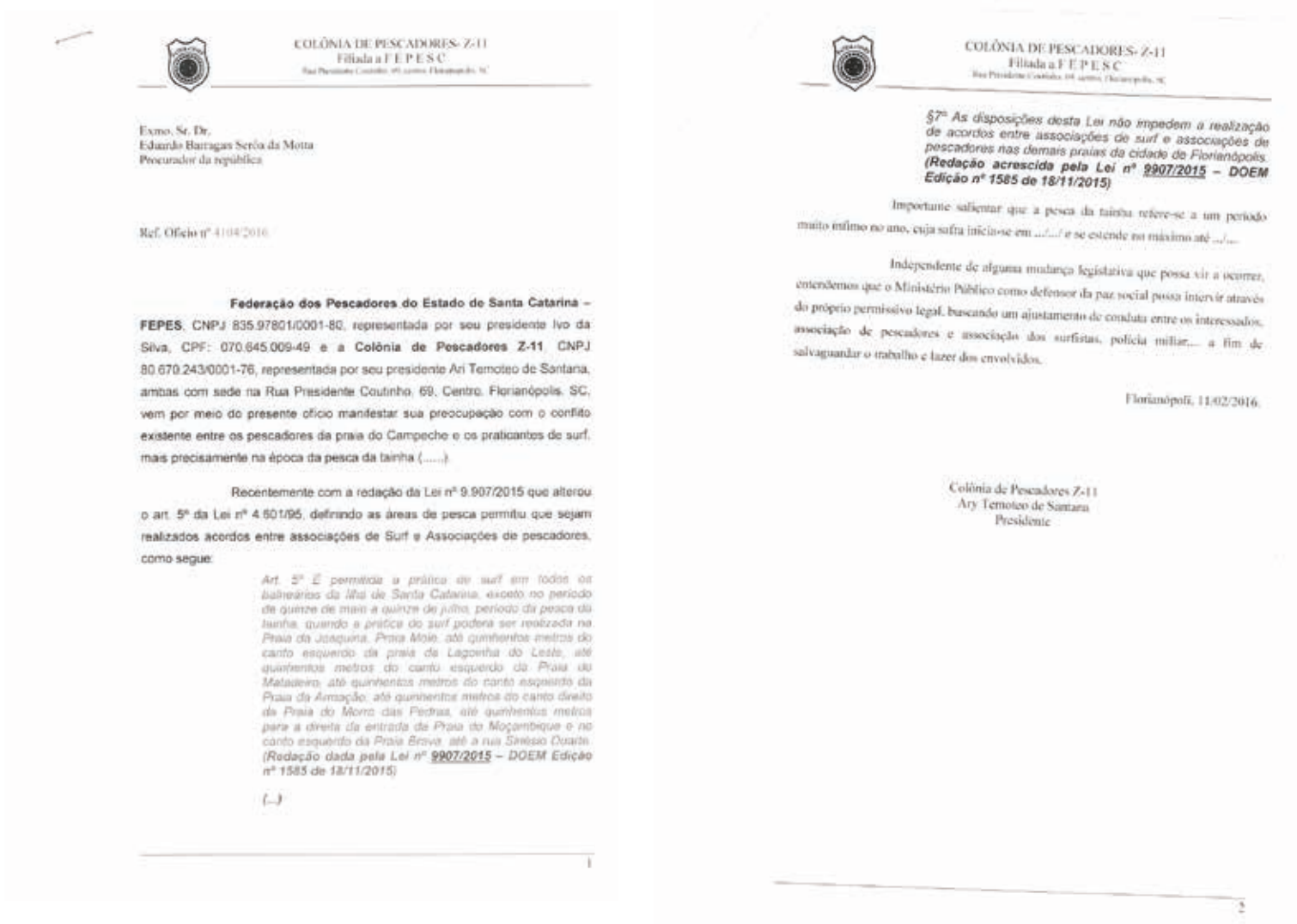
Leia mais notícias sobre a Grande Florianópolis

Fonte: Disponível em: <http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/policia/noticia/2016/01/incendio-em-rancho-de-pescadores-no-campeche-pode-ser-criminoso-4953701.html>. Acesso em: 11 ago. 2018.

126

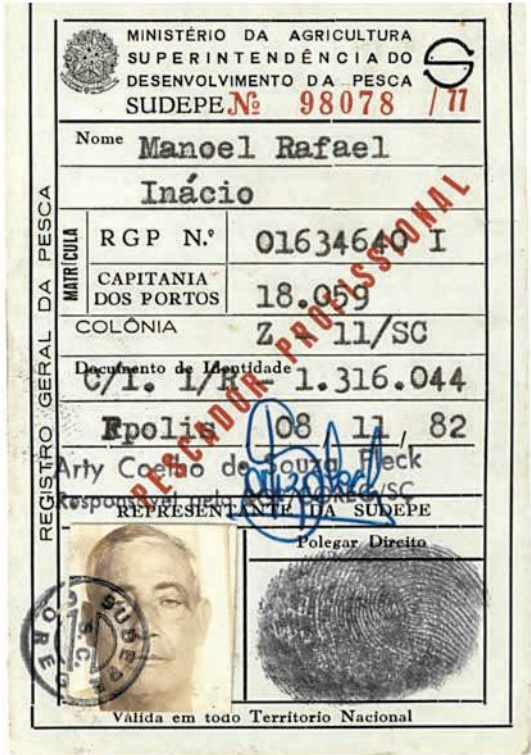
127

ANEXO D – Ofício da Federação de Pescadores do Estado de Santa Catarina e da Colônia de Pescadores Z-11 ao Procurador da República Eduardo Barragan Serôa da Motta, 2016



Fonte: INÁCIO, Getúlio Manoel. **Documentos pessoais**. Arquivo privado da família.

ANEXO E – Carteira profissional, 1982



Fonte: INÁCIO, Getúlio Manoel. **Documentos pessoais**. Arquivo privado da família.

ANEXO F – Carteira de sócio de Deca, 1982

COLÔNIA DE PESCADORES Z-11 "ALMIRANTE MIRABEAU"

Fone 22-1557 - Florianópolis - SC

N.º Matrícula 6582

Nome MANOEL RAFAEL INÁCIO

Endereço RUA: GERAL CAM-PECHE

Colônia de Pescadores Z - 11 DE FLORIANÓPOLIS

Matr. Capitania 18.059

Livro n.º 09 fols 16

Data Emissão 08/11/82

NILDO P. SEVERINO Secretário

PRESIDENTE PEDRO FERNANDES DE FREITAS

Filiação: RAFAEL MANOEL INÁCIO

EDUVIRGENS CEZÁRIO DE JESUS

Data nascimento: 02 / 08 / 10

Manoel Rafael Inácio

assinatura portador

Esta identidade só terá valor autenticada pela Diretoria.

Fonte: INÁCIO, Getúlio Manoel. Documentos pessoais. Arquivo privado da família.

ANEXO G – Talão de cobrança de anuidade da colônia de Deca, 1983 a 1991

TALÃO DE COBRANÇA Nº 02851

Recibo do Sócio Manoel Rafael Inácio

Pescador profissional matrícula nº 18.059

Livro 09, Fls. 016, a importância de Cr\$ 500,00

relativa ao pagamento de a/mensalidade/anuidade, correspondente a janeiro

Florianópolis, 23/03/1983

Verifique Dias de Livro

Tesoureiro

TALÃO DE COBRANÇA Nº 05597

Recibo do Sócio Manoel Rafael Inácio

Pescador profissional matrícula nº 18.059

Livro 09, Fls. 016, a importância de Cr\$ 500,00

relativa ao pagamento de a/mensalidade/anuidade, correspondente a janeiro

Florianópolis, 23/03/1983

Verifique Dias de Livro

Tesoureiro

TALÃO DE COBRANÇA Nº 00645

Recibo do Sócio Manoel Rafael Inácio

Pescador profissional matrícula nº 18.059

Livro 09, Fls. 016, a importância de Cr\$ 500,00

relativa ao pagamento de a/mensalidade/anuidade, correspondente a janeiro

Florianópolis, 23/03/1983

Verifique Dias de Livro

Tesoureiro

TALÃO DE COBRANÇA Nº 02013

Recibo do Sócio Manoel Rafael Inácio

Pescador profissional matrícula nº 18.059

Livro 09, Fls. 36, a importância de Cr\$ 65.000,00

relativa ao pagamento de a/mensalidade/anuidade, correspondente a janeiro

Florianópolis, 23/03/1986

Verifique Dias de Livro

Tesoureiro

TALÃO DE COBRANÇA Nº 05559

Recibo do Sócio Manoel Rafael Inácio

Pescador profissional matrícula nº 18.059

Livro 09, Fls. 016, a importância de Cr\$ 500,00

relativa ao pagamento de a/mensalidade/anuidade, correspondente a janeiro

Florianópolis, 23/03/1986

Verifique Dias de Livro

Tesoureiro

TALÃO DE COBRANÇA Nº 5550

Recibo do Sócio Manoel Rafael Inácio

Pescador profissional matrícula nº 18.059

Livro 54, Fls. 016, a importância de Cr\$ 500,00

relativa ao pagamento de a/mensalidade/anuidade, correspondente a janeiro

Florianópolis, 23/03/1986

Verifique Dias de Livro

Tesoureiro

TALÃO DE COBRANÇA Nº 5701

Recibo do Sócio Manoel Rafael Inácio

Pescador profissional matrícula nº 18.059

Livro 09, Fls. 16, a importância de Cr\$ 22.000,00

relativa ao pagamento de a/mensalidade/anuidade, correspondente a janeiro

Florianópolis, 23/03/1986

Verifique Dias de Livro

Tesoureiro

TALÃO DE COBRANÇA Nº 5550

Recibo do Sócio Manoel Rafael Inácio

Pescador profissional matrícula nº 18.059

Livro 54, Fls. 016, a importância de Cr\$ 500,00

relativa ao pagamento de a/mensalidade/anuidade, correspondente a janeiro

Florianópolis, 23/03/1986

Verifique Dias de Livro

Tesoureiro

TALÃO DE COBRANÇA Nº 2775

Recibo do Sócio Manoel Rafael Inácio

Pescador profissional matrícula nº 18.059

Livro 54, Fls. 016, a importância de Cr\$ 500,00

relativa ao pagamento de a/mensalidade/anuidade, correspondente a janeiro

Florianópolis, 23/03/1986

Verifique Dias de Livro

Tesoureiro

Fonte: INÁCIO, Getúlio Manoel. Documentos pessoais. Arquivo privado da família.

ANEXO H – Deca e as canoas Glória e Helena no rancho de pesca, [19--?]



Fonte: INÁCIO, Getúlio Manoel. Documentos pessoais. Arquivo privado da família.

ANEXO I – Certificado de registro da embarcação Glória, 2011

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

CERTIFICADO DE REGISTRO
EMBARCAÇÃO PESQUEIRA

Nº REGISTRO:
SC 1890

Nº PROCESSO SPPA/SC:
00373.010204/2006-14

EMBARCAÇÃO PESQUEIRA

Nome GLORIA		Inscrição Marinha 441-004730-2		Origem Brasileira	
Ano de Fabricação 1952	Propulsão REMO	Potência (Hp) **Hp	Comprimento M	Material do Casco Madeira	Arqueação Bruta (Tab) 1,2 T
Local Desembarque Sudeste/Sul			Área de Pesca /Zona de Operação Sudeste/Sul		
Método(s) de Pesca Arrasto de Praia (Rodizio)			Espécie(s) Tainha e Peixes Demersais Não Controlados		

Zona de Operação:
Coordenadas: S27°41'16,6"W48°28'52,2" e S27°48'4,8"W48°30'11,5"

PROPRIETÁRIO/ARMADOR

Nome ou Razão Social GETULIO MANOEL INACIO		CPF / CNPJ 155.193.689-53
Endereço Rua das Corticeiras, 241		
Bairro Campeche	Cidade Florianópolis	UF SC

Florianópolis, 5 de novembro de 2010.....

Data

Assinatura e carimbo do representante do SPPA/SC

Válido até 30/04/2011

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CERTIFICADO NÃO EXIME DA OBRIGATORIEDADE DE OUTROS DOCUMENTOS EXIGIDOS NAS LEGISLAÇÕES FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

OBRIGATORIA A APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE RÉCOLHIMENTO DA TAXA ANUAL

Fonte: INÁCIO, Getúlio Manoel. Documentos pessoais. Arquivo privado da família.

ANEXO J – Nominata dos Camaradas, 1990

PESCA DA TAINHA 90

Proprietários:

01-Aparício
02-Getúlio

Patrão:

03-Valdir Nunes

Remadores:

04-Haroldo
05-Antonio
06-Pedro
07-Ari
08-Vitor
09-Klenir
10-Gino
11-Simeão
12-Fernando

13-Dereio
14-Fernando
15-Morite
16-Hildo
17-Mauricio
18-Quirino

Virias:

19-Leontino
20-Aurino
21-Zezinho
22-Zé da Coca

Bancheiro:

23-Genésio

Camarada Especial:

24-Mancel Rafael

78-SALÉSIO
Camaradas Comuns:

25-Batuel
26-Melinho Vidal
27-Pedro Aparício
28-Valdemar
29-Oswaldo
30-Fedrinho R.
31-Raul
32-Altamiro
33-Neca
34-Filho do Neca
35-Aécio
36-João Inácio
37-Diogo
38-Luiz Vani
39-Mauricio
40-Luizinho
41-Neto
42-Quinca
43-Cipriano
44-Miltinho
45-Herondino
46-Célio
47-Elis
48-Migu
49-Eliseu
50-Cecar
51-Valmir
52-Caio
53-Celso (Jun)
54-Diogo
55-Ivo Vidal
56-Hildo Haroldo
57-Pedro Santos(Jur
58-P. Pedro Rocha
59-P. Pedro Rocha
60-Rico Fláclio
61-Filho do Leontino
62-Haroldo Antonio
63-Altamiro Marcos
64-Beto
65-Fernando Pedro
66-Elcio Maurício
67-Filho do Neca
68-Sr Oani
69-VANI HAROLD
70-HILDO
71-ELCIO
72-GD

Obs: Camarada que não embarcar a rede perderá uma parte de seu quinhão (retirando alguns peixes). Só se for justificável

Fonte: INÁCIO, Getúlio Manoel. Documentos pessoais. Arquivo privado da família.

ANEXO K – Rol Portuário (1956)

MARINHA MERCANTE

ROL PORTUÁRIO

TIPO DAS EMBARCAÇÕES: F. barca

ZONA: - 26

NOME DO PROPRIETÁRIO: Manoel Rafael Gomes

NOME DO DIRETOR OU GERENTE: Manoel Rafael Gomes

RUBRICA DO DIRETOR OU GERENTE:

ENDEREÇO DA ADMINISTRAÇÃO: Rua...

PORTO DE: F. F. de... EM: 22 DE: Fev. DE 19: 56

Manoel Rafael Gomes

Diretor ou gerente

MINISTÉRIO DA MARINHA

Rol Portuário

(Instruções para seu uso)

1) — O Rol Portuário é documento obrigatoriamente usado pelos proprietários de embarcações empregadas nos serviços portuários, de pesca interior e costeira, e na navegação interior sob jurisdição da mesma Capitania, para contrato e distrato do pessoal marítimo das mesmas.

2) — O Rol deve abranger todas as embarcações de um mesmo proprietário, em pregadas no mesmo serviço.

3) — O Rol será escriturado, nas partes não reservadas às Capitânicas, sob a responsabilidade direta dos proprietários das embarcações, por estes ou por seus prepostos autorizados.

4) — Serão reservadas às Capitânicas as escriturações das colunas relativas à rubrica do Capitão-dos-Portos e a da assinatura do matriculado, quando este for analfabeto.

5) — Os proprietários das embarcações ou seus prepostos têm o direito de moverem tar, de acordo com a conveniência do serviço, o pessoal que figure no mesmo Rol, de uma para outras embarcações, com as garantias do respectivo contrato.

6) — O Rol Portuário será feito em duas vias, sendo que as primeiras vias ficarão em poder dos proprietários das embarcações, e as segundas arquivadas nas Capitânicas.

7) — As primeiras e segundas vias de cada Rol devem ser perfeitamente iguais, sendo feito sempre em ambas as mesmas averbações.

8) — Será feito novo Rol: a) sempre que houver mudança de proprietário das embarcações; b) quando se extraviar alguma das duas vias; c) quando o Rol estiver esgotado.

9) — A primeira via do Rol será trazida à Capitania dentro do prazo de vinte quatro horas úteis, sob responsabilidade dos respectivos proprietários das embarcações para o visto, sempre que houver qualquer alteração nas tripulações ou nas embarcações que nela figurarem.

10) — Nas Colônias de Pesca, o Rol será feito por Colônia, figurando como gerente o chefe da Colônia.

11) — No Rol pertencente a Colônias de Pesca, na parte referente a embarcação após o nome da mesma, será mencionado o de seu proprietário caso não seja propriedade da Colônia.

Nome *Luiz* Armamento *Motor*

N.º da inscrição *4.200* Classe, divisão e subdivisão *F. 5. A*

Tonelagem — Bruta *1.500 kg* Líquida

Propulsão *Motor* Força do motor

Aplicação *Pesca*

Nome *Luiz* Armamento *Motor*

N.º da inscrição *4.201* Classe, divisão e subdivisão *F. 5. A*

Tonelagem — Bruta *1.500 kg* Líquida

Propulsão *Motor* Força do motor

Aplicação *Pesca*

Nome *Luiz* Armamento *Motor*

N.º da inscrição *4.202* Classe, divisão e subdivisão *F. 5. A*

Tonelagem — Bruta *1.500 kg* Líquida

Propulsão *Motor* Força do motor

Aplicação *Pesca*

Nome *Luiz* Armamento *Motor*

N.º da inscrição *4.203* Classe, divisão e subdivisão *F. 5. A*

Tonelagem — Bruta *1.500 kg* Líquida

Propulsão *Motor* Força do motor

Aplicação *Pesca*

Rol Portuário

LOTACÃO

CATEGORIAS DOS TRIPULANTES	NÚMEROS DAS EMBARCAÇÕES																				SOM.
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
Arrais																					
Marinheiros																					
Moço																					
2º Moço — motorista																					
Prod. seg. — motorista																					
Condutor — maquinista																					
Condutor — motorista																					
Populista																					
Corvetas																					
Telefonia																					
TOTAL																					

Rol Portuário

TRIPULANTES

CÓDIGO	Assinatura	Naturalidade	N.º de matrícula	Categoria	CONTRATO	
					Data	Prestação e vencimento
1	<i>Manoel Roberto Pinheiro</i>	<i>SC</i>	<i>1887</i>	<i>4.º</i>	<i>11.10.19</i>	<i>11.10.19</i>
2	<i>Marcos Javoni</i>	<i>SC</i>	<i>11.81</i>	<i>4.º</i>	<i>11.10.19</i>	<i>11.10.19</i>
3	<i>Francisco Braga Cardoso</i>	<i>SC</i>	<i>11.81</i>	<i>4.º</i>	<i>11.10.19</i>	<i>11.10.19</i>
4	<i>João José de Jesus</i>	<i>SC</i>	<i>11.81</i>	<i>4.º</i>	<i>11.10.19</i>	<i>11.10.19</i>
5	<i>Luiz José de Jesus</i>	<i>SC</i>	<i>11.81</i>	<i>4.º</i>	<i>11.10.19</i>	<i>11.10.19</i>

136

137

ANEXO M – Roca de madeira



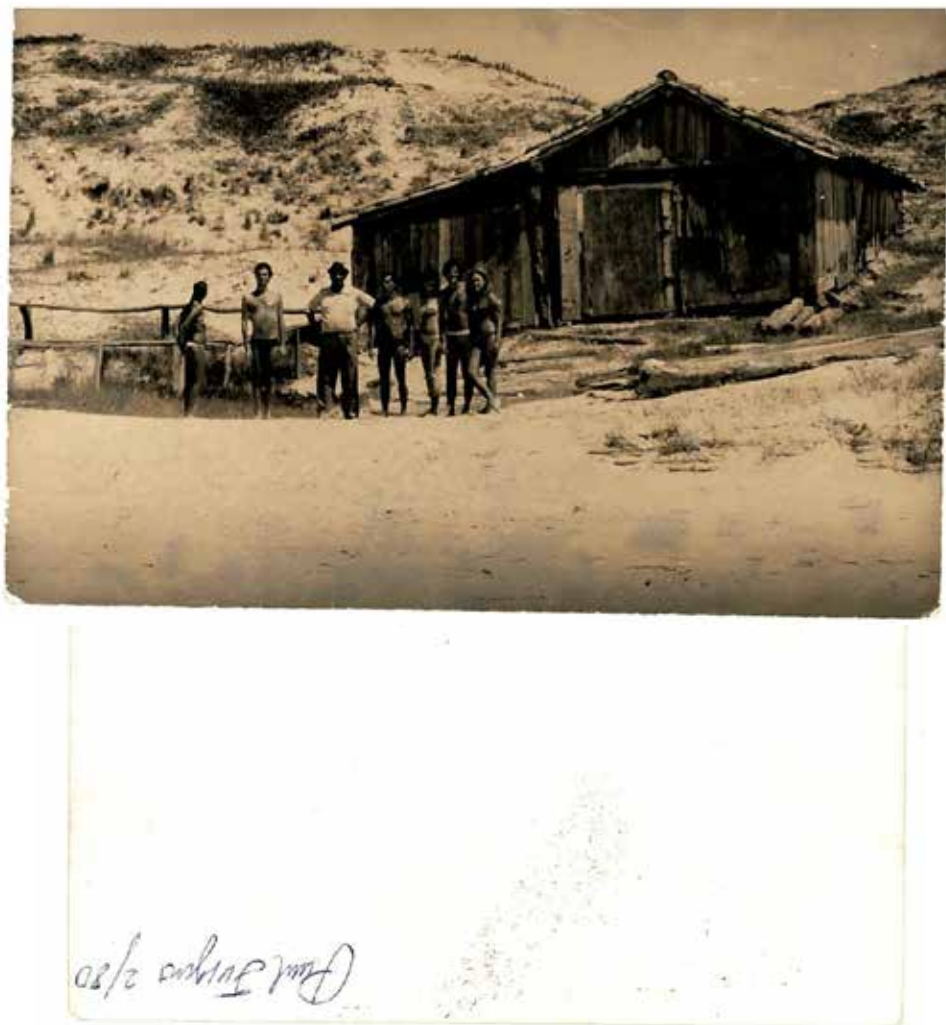
Fonte: INÁCIO, Getúlio Manoel. **Documentos pessoais**. Arquivo privado da família.

ANEXO N – Rede miudeira



Fonte: INÁCIO, Getúlio Manoel. **Documentos pessoais**. Arquivo privado da família.

ANEXO O – Primeiro rancho no Campeche, foto de 1980



Fonte: INÁCIO, Getúlio Manoel. Documentos pessoais. Arquivo privado da família.

ANEXO P – Plano de ensino do curso “Aprendendo a patrão”

APRENDENDO A PATRÃO

O Pescador para aprender a patroar uma canoa a remo, precisa de no mínimo de cinco (5) anos de prática como remeiro.

Procedimentos básicos: Primeiramente tem que gostar de pescar, sem medo, ser decidido, companheiro e zelar pelos equipamentos e materiais, a paz e principalmente respeito a vida da tripulação.

Quando você é escolhido para ser patão de uma parceria de praia, o proprietário coloca em suas mãos todas as responsabilidades, por isso, é o encarregado da rede, e a partir daí, você é sempre o primeiro a chegar a praias.

Sua ferramenta de trabalho é o remo de pá, é o balaio de remendo da rede, é verificar todos os equipamentos, ou seja: Todos os petrechos.

Patrão é o homem da decisão na hora em que a embarcação é lançada ao mar.

Quando o Mar esta revoltado, é sempre o patrão quem decide, se da para cercar, enfrentar as ondas ou não.

Quem da as ordens dentro da embarcação é sempre o Patrão.

Qualquer tripulante, só deve abandonar a embarcação sobre, ordem do Patrão.

Sempre deve haver sintonia entre o Patrão, Vigia, (olheiro) e a equipe embarcada.

Nunca, jamais o Patrão deve sair com a canoa atravessada, quando quebrar um remo, um tolete, ou quando estiver cheia de agua, exceto quando estiver cercando.

Não se faz lança muito próximo da arrebenção.

Ter muita calma, quando passar com a canoa, pela arrebenção das ondas, tanto na entrada como na saída, principalmente quando estiver soltando a rede.

Nunca parar sua canoa na quebrança. Quando sua canoa pegar o mar (onda) e correr preste atenção: Se você perceber que não da mais para segurar, mande os remeiros levantar os remos e você com seu remo de pá vai ter que virar para evitar que a embarcação faça a volta e vá de encontro com as outras ondas, se você bobear, isto é um de seus remeiros colocar o remo na agua, com certeza ele vai cair fora da canoa.

Observação muito importante! Não importa o tamanho do cardume, se o mar não estiver em condições de pescar, tenham paciência, por favor, espere acalmar.

Você tem que ter sempre na sua mente, que todos da tripulação têm famílias, e que um cardume passa e outros virão.

Todos os pescadores que trabalham embarcados, principalmente na nossa modalidade, devem ser capacitados e devemos sempre ter em mente, que incidente faz parte do jogo, por isso, devemos trabalhar em conformidade com a exigência da lei.

Para tudo isso, precisamos saber da exigência do Ministério da Pesca – MPA, Capitania dos Portos de Santa Catarina – CPSC, Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos renováveis do meio ambiente – IBAMA , Acidente no trabalho e Colônia de Pescadores.

Durante a safra da tainha, o vigia é sempre o seu referencial, para lançar a canoa ao mar e fazer o cerco.

Nunca tripulação embarcada deve usar roupa com botões, quando for cercar.

Quando o mar estiver com a água corrente, sempre aproar a canoa em direção às ondas, caso contrário você já deve estar pensando o que poderá acontecer.

Caso o cardume esteja viajando, costuma-se fazer o cerco sempre mais distante e assim que ele passar na direção da proa se faz a volta remando rapidamente para a praia, garantindo assim a boa redada.

Com muito vento, colocar a rede no bordo contrário, pois o patrão com seu remo de pá dando o encontro, ajuda a fazer a volta da embarcação, caso contrário os remeiros não conseguem vencer a ventania.

Pedir aos remeiros que remem sempre carregados, para dar maior velocidade da embarcação.

O patrão também ajuda na distribuição dos peixes.

O Patrão deve ordenar que os remeiros e chumbreiro, nas épocas das safras, sempre fiquem próximo da canoa.

As parelhas que tiver alimentação, o patrão sempre pedir para tripulação, que cada um faça a sua refeição antes dos demais pescadores da parelha.

Você patrão deve tomar cuidado com os lanços próximos das pedras, ou em região com pegadores e verificar corrente d’água.

Patrão quando a canoa pegar um mar(onda) que você mandar o chumbreiro amarrar ou soltar quando a onda estiver já no rumo do barco, da ré em diante aí ela sai da quebra sem muita velocidade.

É só seguir as orientações acima, certamente você será um patrão de canoa a remo bem sucedido e contribuirá com a cultura da pesca permanecer em nosso litoral.

CARGA HORARIA		
TEORIA H. AULAS	PRATICA H. AULAS	TOTAL
50	200	250

Florianópolis, 05 de Setembro de 2015

Getúlio Manoel Inácio

Fonte: INÁCIO, Getúlio Manoel. **Documentos pessoais**. Arquivo privado da família.

ANEXO Q – Termo de Registro da Pesca Artesanal da Tainha no Campeche como Patrimônio Cultural de Santa Catarina, 2019



Fonte: Fotografado pelos autores, 2019.

DIÁRIO CATARINENSE, SEXTA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 2012

Canoas, tarrafas e pai

Projeto coordenado por músico aposentado da base aérea ensina pessoas de todas as idades

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

Músico aposentado da Base Aérea desde 1998, Getúlio Manoel Inácio, 61 anos, não quis saber de descanso. Ainda que morasse em um lugar convidativo a isso, a Praia do Campeche, em Florianópolis, ele entrou no curso de Pedagogia na Udesc. Começava um novo projeto de vida: ensinar música aos moradores de sua comunidade.

A escola é o rancho de pescador de seu pai, que morreu há 20 anos. Foi dele também que veio o gosto pela música. Manoel Inácio, o seu Doca, era sanfoneiro. E é ali, no galpão de madeira, entre redes de pesca e partituras, que há três anos seu Getúlio ensina seus alunos, todas as segundas e quintas-feiras de noite. Para isso, os dois barcos são retirados. Cadeiras e cadeiras de ferro, enferrujadas, são colocadas no lugar.

Clarinetes, trompetes, saxofones, tubas e flautas são os instrumentos tocados. O barulho das cordas que quebram forte no Praia do Campeche ajudam na composição.

— Aqui são três músicas. A do mar, a dos peixes e a do projeto. Via que conjunto bonito? — diz Getúlio.

Os 40 alunos do projeto são divididos em três módulos: avançado, médio e iniciante. A idade mínima para começar é 8 anos. Seu Getúlio tem estudantes de mais de 70 anos. Dois ex-colegas militares também dão aulas. Tudo é gratuito. Os instrumentos vieram com doações.

Getúlio pretende tocar o projeto até ter forças para sair de casa e seguir para o rancho. Percurso de uns três quilômetros que faz a pé ou de bicicleta. O professor deseja oferecer mais 50 vagas no projeto. Mas para isso, precisa de mais verbas.

De Florianópolis ao Rio de Janeiro

Depois de aposentado, Getúlio Manoel Inácio estudou música na Udesc e, a partir de formado, resolveu

GETÚLIO MANOEL INÁCIO

Músico aposentado

“Aqui (na Praia do Campeche) são três músicas: a do mar, a dos peixes e a do projeto. Não penso em dinheiro. Na vida da gente temos que pensar no social, no bem-estar dos outros.”

O curso de capoeira para os jovens do bairro é oferecido no ran

Fonte: INÁCIO, Getúlio Manoel. Documentos pessoais. Arquivo privado da família.

abstract

Since the inhabitation of Santa Catarina’s coast, about six thousand years ago, fishing has been a practice. Mullet fishing, specifically, has been in practice for at least five hundred years; and has since constituted itself as a meaningful expression for people from Santa Catarina, characterized by historical and cultural elements that contribute to its identity formation.

At Campeche Beach, there are records of mullet fishing since the nineteenth century, over a hundred years ago; and between the months of May and July, directly involves about 180 residents in this activity, in the four existing parejas (fishing instruments such as fisherman hut, canoe, fishing nets, etc), directly involving approximately four hundred people by the time the fish hits the shore. The survival of this cultural practice is becoming increasingly difficult, especially with the promotion of the industrial fishing sector in the sixties, and it depends on the preservation of the environment where it occurs and the maintenance of the remaining existing fisherman huts.

The text we now present in book form was elaborated throughout 2018, with the purpose of substantiating the request for registration of Campeche’s artisanal mullet fishing as part of the Intangible cultural heritage of Santa Catarina; it is the result of research as a joint proposal of the Associação de Pescadores Artesanais do Campeche (Campeche Association of Artisanal Fishermen/women) and the

Federal Institute of Education, Science, and Technology of Santa Catarina (IFSC). We emphasize the community’s leading role, through the initiative of establishing the process, or participation in the team that undertook the research on the cultural phenomenon.

The artisanal mullet fishing at Campeche’s Registration Term was delivered from the Federal Communications Commission to the Campeche Association of Artisanal Fishermen on May 1 of 2019, in the 14^a Service Opening of the mullet yield. The cultural manifestation is registered on Book I, of Knowledge Registry “Registro dos Saberes”, under registration number 3.

The request was based on the criteria of relevance, since artisanal mullet fishing represents a means of relating to nature and a collective way of living, two increasingly threatened and scarce aspects of human life. To preserve this activity - no longer for its economic dimension, important to the generation of fishermen that preceded the current one - that currently does live off fishing - but for its cultural value, important for the current generation - is to resist this scarcity and this threat.

The diverse audio and video records, as well as the already produced documentaries, available for online consultation for at least a decade, are a manifestation of interest for this resistance, and reaffirm that the preservation of certain aspects of traditional ways of living is essential. The registry of Intangible

le cultural assets meets what was registered on the 1985 Mexican Declaration, that is, globalization requires complementary policies in the fields of culture, education, science, and communication, in order to enable a balance between technical progress and society's moral elevation. Mullet's time is the time to play dominoes, to prepare and repair the fishing nets, to cook in the fisherman hut, to make coffee in the wood-burning stove, before the sun rises, to clean the fisherman hut, to pray asking for a good yield.

Another criterion for the register's request was the **fragility** of the mullet artisanal fishing. Issues concerning the fisherman huts and fishing equipments, the upcoming generation of artisanal fishermen's training, the competitiveness of industrial fishing and the practice of water sports, as well as the increasing urbanization of Campeche, along with property speculation and the arrival of new residents coming from other places, threaten the continuity of this cultural practice. Since 1970, with the advent of electrical energy. and, since 1980, with the advent of asphalt, Campeche, that had until then presented semi-urban and semi-rural characteristics, determined by the presence of rural Azorian families that populated the locality around the year 1880, and dedicated themselves to agricultural, fishing, and artisan activities, with a lifestyle characterized by its subsistence practices, became an overvalued area for housing, attracting people from the State of Santa Catarina, from Brazil and abroad.

Mullet fishing occurs between the months of May and July, and, since 2006, a service is conducted at Campeche Beach to celebrate the beginning of the yield. Since then, this service officially inaugurates the Mullet Fishing Yield at Santa Catarina. It is an activity that involves almost exclusively men, despite the notable female presence at the fisherman huts and their participation in the community movement concerning this cultural practice. At Campeche, women involved in fishing are called seagulls. The collective is majoritively composed of adults, with significant participation of the elderly, which reflects the aging of the mullet fishing community at Campeche, a characteristic noticed by members of the community, especially by the leadership. Worried by the need for renewal within the pool of fishermen, some of their leaders have developed strategies, one of which was the creation of rowing classes for artisanal mullet fishing, which have been taught for at least four years.

At Campeche Beach, mullet fishing exhibits peculiarities when compared to other places where it occurs; it is an unsheltered ocean beach, rough, not possessing the ideal conditions of a fishing port with calm sea. Due to the formation of strong waves, resulting in powerful riptides, a point of rest for the mullets is not formed. These currents create a lot of holes on the seabed, making it hard to capture mullet shoals, that, when realize are being surrounded, try to jump or swim parallel to the sand in an attempt of discovering an escape point between the weights and

the seabed; for this reason, a dragnet, denominated feiticeira (sorceress), is adopted.

The artisanal mullet fishing is a collective manifestation of a know-how shared by the community of Campeche. The registration of knowledge of this cultural practice as Cultural Patrimony of Santa Catarina seeks to give visibility to the historical and cultural trajectory of this group, valuing its identity and strengthening the artisanal fishermen in struggles against industrial fishing practices, evidencing their rights to territory use and seeking the necessary conditions to the perpetuation of this manifestation.

The register must contribute to the **maintenance of the fisherman huts** and fishing fisherman huts and equipments; **to the supervision of nautical sports, and a better supervision** by the Environmental police over the use of feiticeira net (30/40 fathoms), to the **sale of freshly caught fish** at the beach to passersby, residents and visitors; to the facilitation of **fisherman hut and canoe maintenance** through the donation of apprehended wood; to the **repair of nets**, through subsidies for acquisition of repair materials, as is done in the case of industrial fishing, that benefits, as well, from diesel subsidies; and to the **protection of territories traditionally** used for artisanal mullet fishing, which in addition to the fishing fisherman huts includes Campeche Island and As Picadas (access paths to the beaches).

It is demonstrated the need to affirm the conception of fisherman huts as locals not only of

GUARDA of boats and fishing equipments, but also as an indispensable area for the group's sociability: the fisherman huts and its surroundings are locals that hold diverse cultural manifestations, as the service that opens the Yield of the Mullet since 2006, as well as the area where the meals are prepared, especially during the yield, and an environment where fishermen socially organize. The fishermen, that constitute a group composed of many elderly, consider a disrespect the fact that exists a prohibition to construct a bathroom and an area to prepare their meals at the fisherman hut. During the yield, fishermen move early into the fisherman hut and return to their houses at the end of the day, and argue that they need a bathroom and an area to prepare their meals, as well as to prepare the fish they captured on the day. These are the necessary conditions for the continuity of the artisanal mullet fishing at Campeche.

resumen

Desde el asentamiento de la costa de Santa Catarina, hace unos seis mil años, la pesca es una práctica. La pesca del mújol en concreto, se realiza desde hace al menos quinientos años y a lo largo de ese tiempo ha sido una manifestación significativa para los catarinenses, caracterizada por elementos históricos y culturales que contribuyen a la formación de su identidad.

En la playa de Campeche existen registros de pesca del mújol desde el siglo XIX, hace más de cien años, por lo tanto, y entre los meses de mayo y julio involucra directamente a unos 180 pobladores en esta actividad, en los cuatro colectivos de pesca existentes, reuniendo cerca de 400 personas implicadas indirectamente, cuando el pez llega a la playa. La supervivencia de esta práctica cultural es cada vez más difícil, especialmente con la promoción del sector de la pesca industrial en los años 1960, y depende de la manutención de ciertas condiciones materiales, como la preservación del espacio en el que se produce y el mantenimiento de los *ranchos* de pesca aún existentes.

Este texto que presentamos en forma de libro fue elaborado a lo largo de 2018 con el objetivo de fundamentar la solicitud del Registro de la pesca artesanal del mújol en Campeche como patrimonio cultural inmaterial de Santa Catarina; es el resultado de la investigación y propuesta conjunta de la Asociación de Pescadores Artesanales de Campeche y del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Santa Catarina (IFSC). Destacamos el protagonis-

mo de la comunidad, ya sea en la iniciativa de establecer el proceso, o como parte del equipo que llevó a cabo la investigación sobre la manifestación.

El documento de Registro de la *Pesca Artesanal da Tainba no Campeche* como Patrimonio Cultural de Santa Catarina fue entregado por la FCC a la Asociación de Pescadores Artesanales de Campeche el 1 de mayo de 2019, en la 14ª misa de apertura de la zafra del mújol. La manifestación cultural está inscrita en el Libro I, del *Registro dos Saberes*, con el número de registro Tres.

La solicitud se basó en el criterio de **pertinencia**, porque la pesca artesanal del mújol significa la posibilidad de relación con la naturaleza y la vida colectiva, dos aspectos de la vida humana cada vez más escasos y amenazados. Preservar esta pesca -ya no por su dimensión económica, importante para la generación que precedió a la actual -que actualmente no vive de la pesca-, sino por su valor cultural, importante para la generación actual- es resistir a esta escasez y a esta amenaza.

Las diversas grabaciones de audio y vídeo, así como los documentales ya producidos, disponibles para su consulta en Internet desde hace al menos una década, son una manifestación de interés por esta resistencia, y reafirman que la preservación de ciertos aspectos de los modos de vida tradicionales es esencial. El registro de los bienes culturales inmateriales está en consonancia con la Declaración de México de 1985, es decir, que la mundialización requiere políti-

cas complementarias en los ámbitos de la cultura, la educación, la ciencia y la comunicación a fin de lograr un equilibrio entre el progreso técnico y la elevación moral de la sociedad. El tiempo del mújol es el tiempo de jugar al dominó, de preparar y reparar las redes de pesca, de cocinar en el *ranchito*, de hacer el café antes del amanecer, en la estufa de leña, de limpiar el *ranchito*, de rezar por una buena zafra.

La **fragilidad** de la pesca artesanal del mújol es otro criterio para solicitar el registro. Los problemas relacionados con los *ranchos* y los aparejos de pesca, la formación de nuevas generaciones de pescadores artesanales, la competencia de la pesca industrial y la práctica de deportes acuáticos, así como la fuerte urbanización de Campeche, vinculada a la especulación inmobiliaria y a la llegada de muchos residentes de otros lugares, amenazan la continuidad de esta práctica cultural. A partir de los años 70, con la llegada de la red eléctrica, y en los 80, con la llegada del asfalto, Campeche, que hasta entonces tenía características semiurbanas y semirurales, determinadas por la presencia de familias rurales azorianas que poblaban la localidad alrededor de 1880 y que se dedicaban a actividades agrícolas, pesqueras y artesanales, con un estilo de vida marcado por las prácticas de subsistencia, se convirtió en una zona sobrevalorada para la vivienda, atrayendo a personas de la Provincia de Santa Catarina, de Brasil y del extranjero.

La pesca del mújol se realiza entre los meses de mayo y julio, y desde 2006 se realiza una misa en

la playa de Campeche el 1 de mayo para celebrar el inicio de la zafra. Desde entonces, esta misa abre oficialmente la temporada de pesca del mújol en Santa Catarina. Es una actividad que involucra básicamente a los hombres, aunque la presencia de las mujeres se nota en los *ranchos* y participan del movimiento de la comunidad en torno a esta práctica cultural. En Campeche las mujeres son llamadas gaviotas cuando se dedican a la pesca. El colectivo es mayoritariamente adulto, con participación expresiva de los ancianos, lo que muestra el envejecimiento de la comunidad de pescadores artesanales de Campeche, aspecto ya notado por los propios individuos de la comunidad, especialmente los líderes. Preocupados por la necesidad de renovación de los pescadores, algunos de sus líderes han desarrollado estrategias, entre ellas la organización de cursos para remeros de pesca artesanal del mújol, que se vienen realizando hace unos cuatro años.

En la playa de Campeche la pesca del mújol presenta peculiaridades en relación a otros lugares donde ocurre; es una playa de mar abierto, agitado, que no posee las condiciones ideales de puerto pesquero con mar calmo. Debido a la formación de olas fuertes, causando muchas corrientes de resaca, no se forma un punto de parada del mújol. Estas corrientes dejan el fondo del mar lleno de agujeros, impidiendo la captura del banco de mújoles, que cuando se dan cuenta de que están rodeados, intentan saltar o nadar paralelos a la arena en un intento de encontrar un

espacio de escape entre el plomo de la red y el fondo del mar; por esta característica se adopta la red de arrastre, llamada *feiticeira*.

La pesca artesanal del mújol es una manifestación colectiva de conocimiento compartido por la comunidad de Campeche. El Registro de conocimiento de esta práctica cultural como Patrimonio Cultural de Santa Catarina busca dar visibilidad a la trayectoria histórica y cultural de este grupo, valorando su identidad y fortaleciendo a los pescadores artesanales en sus reclamos contra la pesca industrial, evidenciando sus derechos en el uso de los territorios y buscando las condiciones necesarias para la preservación de la manifestación.

El registro debe contribuir al mantenimiento de los *ranchos* y aparejos de pesca; a la inspección de los deportes náuticos, y a una mayor control por parte de la policía ambiental del uso de la red *feiticeira* (30/40 brazas), para la venta de pescado fresco en la playa a los que se encuentran en la playa, residentes y visitantes, poco después de la captura; para la facilitación de la actividad de reparación de ranchos y canoas mediante la liberación de madera confiscada; para la reparación de redes, mediante subsidios para la compra de material a precio de coste, como en el caso de la pesca industrial, que tiene el diesel subsidiado; y para la protección del territorio tradicional de la pesca artesanal del mújol, que además de los *ranchos* incluye a la isla de Campeche y a los senderos.

Se ha demostrado la necesidad de afirmar la concepción de los ranchos como lugares no sólo para guardar las embarcaciones y aparejos de pesca, sino también como un espacio esencial para la sociabilidad del grupo: los ranchos y sus alrededores son lugares donde se realizan diversas manifestaciones culturales, como la misa que abre la zafra del mújol desde el año 2006, así como un espacio para la preparación de comidas, especialmente durante la zafra, y un ambiente de organización social para los pescadores. Los pescadores, que constituyen un grupo formado por muchas personas mayores, consideran una falta de respeto la prohibición de construir un baño y un espacio para preparar sus comidas en el rancho. Durante la zafra del mújol, los pescadores se trasladan temprano al rancho y sólo regresan a casa al final del día, argumentando que necesitan un baño y un lugar para preparar sus comidas, incluyendo la preparación del pescado que capturaron durante el día. Estas son las condiciones necesarias para que continúe la pesca artesanal del mújol en Campeche.

Este livro foi composto com a família da
fonte Garamond, corpo 11, entrelinha 13,2.
Impresso em papel couchê fosco 150g, em 4 cores,
pela Tipotil Gráfica e Editora LTDA.
Tiragem de 500 exemplares.



Projeto gráfico desenvolvido pela produtora Rancho Cultural